

Publicação de KOINONIA

334

O golpe militar nas igrejas

Eduardo Hoornaert

José Bittencourt Filho

Leonildo Silveira Campos

Paulo Botas

Waldo Cesar

Edição Especial

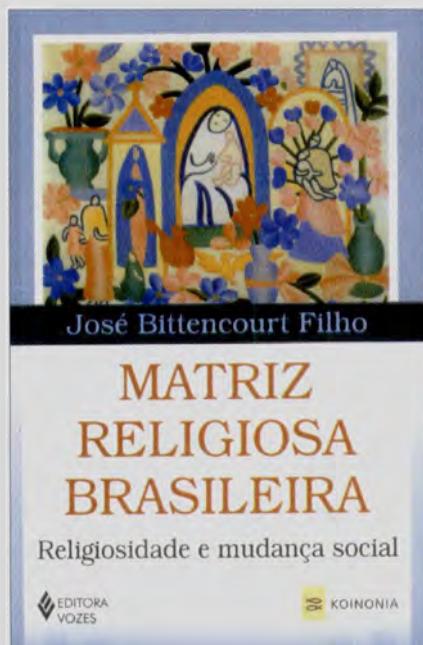


25 ANOS
TEMPO PRESENÇA

Matriz religiosa brasileira

Nesta obra nos deparamos com uma tentativa, muito bem-sucedida, de oferecer uma interpretação global das íntimas relações entre os fenômenos religiosos e a dinâmica histórica da formação da sociedade brasileira. E isto sem concessões a simplismos mecanicistas e conclusões apressadas, procurando destacar a marca das contradições e das pluralidades que conformam o imaginário cultural brasileiro.

Zwinglio Dias



MATRIZ RELIGIOSA BRASILEIRA
Religiosidade e mudança social

Editora Vozes/KOINONIA
Petrópolis, 2003
260 páginas

Revista bimestral de KOINONIA
Março/Abril de 2004
Ano 26 nº 334

**KOINONIA Presença Ecumênica
e Serviço**

Rua Santo Amaro, 129
22211-230 Rio de Janeiro RJ
Tel (21) 2224-6713 Fax (21) 2221-3016
koinonia@koinonia.org.br
www.koinonia.org.br

CONSELHO EDITORIAL

Emir Sader
Francisco Catão
Gilberto Barbosa Salgado
Joel Rufino
Luís Henrique Dreher
Maria Emilia Lisboa Pacheco
Maria Luiza Rückert
Sérgio Marcus Pinto Lopes
Yara Nogueira Monteiro
CONSELHO CONSULTIVO
Carlos Rodrigues Brandão
Ivone Gebara
Jether Pereira Ramalho
Jurandir Freire Costa
Leonardo Boff
Luiz Eduardo Wanderley
Rubem Alves

EDITOR

Zwinglio M. Dias
(conforme convênio de 6/12/2002 com
a Universidade Federal de Juiz de Fora)

**EDITORA ASSISTENTE
E JORNALISTA RESPONSÁVEL**

Helena Costa
Mtb 18619

ESTAGIÁRIA DE COMUNICAÇÃO
Manoela Vianna

**EDITORA DE ARTE
E DIAGRAMADORA**

Martha Braga

COPIDESQUE E REVISÃO
Carlos Cunha

SECRETÁRIAS DE REDAÇÃO

Ana Emilia Gualberto
Rosa L. Peralta

CAPA

Marta Strauch

FOTOLITOS

GR3

IMPRESSÃO

Reproarte

Os artigos assinados não traduzem
necessariamente a opinião da Revista.

Preço do exemplar avulso:

R\$ 3,50

Assinatura anual

R\$ 21,00

Assinatura de apoio

R\$ 28,00

Assinatura/exterior

US\$ 50,00

ISSN 0103-569X

KOINONIA

**Koinonia:
resistência e esperança**

6

O GOLPE MILITAR NAS IGREJAS

RENASCIMENTO

**Igreja e sociedade –
uma experiência ecumênica**

7

SEDUÇÃO

A igreja da resistência em Recife

15

IDOLATRIA

Evangélicos e o golpe militar de 1964

23

SONHOS

Cuba só livre!

32

REBELDE-MEMÓRIA

Da dissidência à profecia

36

José Bittencourt Filho

TEOLOGIA

O que há de novo?

41

Ivone Gebara

DIGNIDADE HUMANA E PAZ

Para superar a violência

44

ÍNDICE DE TEMPO E PRESENÇA

Índice Tempo e Presença 2003

45

A partir de abril passado

tanto mídia, quanto universidades, sindicatos e outras organizações da sociedade civil, realizaram programações especiais, com fartos documentários, entrevistas, simpósios, ciclos de debates e de palestras relacionados com o 40º aniversário do Golpe Militar de 1964, que alijou do poder um Presidente constitucionalmente eleito e deu início ao período de governos autoritários conduzidos por militares. Foi um esforço no sentido de manter viva na memória do povo brasileiro a lembrança dos "anos de chumbo" de uma longa, cruel e sangrenta ditadura que marcou um dos períodos mais trágicos do Brasil moderno, pela interrupção e desvio de rota do projeto de emancipação nacional iniciado com a Revolução de 1930. Estes "atos de recordação" aconteceram num momento especial da vida brasileira quando o País é, pela primeira vez em sua história, governado por um ex-operário metalúrgico eleito por expressiva maioria da população que se angustia e se impacienta na espera da implementação de políticas que, de fato, cortem as amarras político-econômicas que impedem o seu verdadeiro e urgente desenvolvimento. Como assinalou um estudioso "a memória é a vida, sempre levada por grupos vivos e, por isso mesmo está em evolução permanente, aberta à dialética da lembrança e da amnésia, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todas as utilizações e manipulações, suscetível a longas latências e a revitalizações repentinhas."

Nesta edição nossos articulistas se dedicam a um capítulo por vezes subestimado da recente história republicana brasileira: o papel contraditório mas incisivo das instituições eclesiásticas nacionais tanto na preparação e sustentação do regime autoritário quanto na resistência e denúncia de seus desmandos e violações do Direito cidadão. Contradição que não é de surpreender, pois sempre caracterizou a história dessas instituições. A participação ativa na preparação do Golpe e, logo em seguida, na sua celebração, por parte da Igreja Católica Romana foi, poucos anos depois, plenamente ofuscada pelas atitudes oficiais de negação, resistência e denúncia do autoritarismo reinante por parte de sua mais alta hierarquia. O mesmo não aconteceu da parte das igrejas protestantes. Já antes do Golpe suas instituições eclesiásticas experimentavam uma polarização interna de caráter político-ideológico bastante forte. A eclosão do regime militar favoreceu os segmentos autoritários que no controle das igrejas baniram os grupos dissidentes e impuseram uma leitura exclusivista, conservadora e sustentadora do regime militar enquanto ele perdurou na vida brasileira.

Dedicamos esta edição à memória do inesquecível arcebispo de Olinda e Recife, Dom HELDER CÂMARA, pela sua luta sem fronteiras contra a Ditadura em defesa da Democracia, dos pobres e dos perseguidos. Figura ímpar do período autoritário, dom Helder despontou como um dos epicentros de uma nova Igreja Cristã a partir da América Latina cujo ideário urge retomar, em que pese o atrativo da falsa prosperidade carismática que se abate sobre nosso povo qual um dos cavaleiros do Apocalipse. É isso aí.

KOINONIA é uma instituição ecumênica assim como ecumênica é a alegria, a paz, a construção, a liberdade e também a tristeza, o medo, a destruição, o esmagamento da vida. No conjunto dos servidores, KOINONIA tem representantes dos que crêem (católicos, protestantes e outros) acima de tudo, no Deus da Vida, da Justiça e da Paz, e ainda representantes de entidades ecuménicas e do movimento social. Pela solidariedade e pela dignidade; contra quaisquer expressões da exclusão e da submissão humana, KOINONIA (em grego, comunhão) afirma seu compromisso radical ecumônico e quer fazer-se sempre presença e serviço.

CARTAS

Meus cumprimentos em Nome de Ancestrais!

Acabo de ler pela segunda vez a edição de Nº 330 da Revista Tempo e Presença, que ganhei de Ester Almeida.

Quero então cumprimentá-los pelo brilhante trabalho qualitativo, prestado por Koinonia por meio de suas publicações. Penso que a presteza do texto "O céu branco e o inferno negro" de Ivone Gebara, transmite bem isto, muito embora, enquanto Tradicionalista Sacerdote dos Orixás, eu seja obrigado a manifestar meu apreço pelo artigo "Terreiros de Candomblé/por um olhar afirmativo" de Rafael Soares de Oliveira. Vamos em frente, pois o Brasil precisa disso: qualidade; pois o seu dinamismo promete e garante que atividades como as da Koinonia, nos tragam um mundo melhor.

Parabéns pelo trabalho e os votos de felicidade com Paz e Tranqüilidade!

Fraternalmente!

Babalorixá Celso Ricardo
de Oxaguián

Administração do Grupo de Valorização do Trabalho em Rede, Conselheiro Municipal de Saúde/Secretaria Municipal de Saúde,
São Paulo (por e-mail)

Por la presente queremos agradecer por el envío constante de TEMPO Y PRESENCIA.

Jacqueline Yáñez Cevallos
Asistente del Dpto. de Comunicaciones
Consejo Latinoamericano de Iglesias – CLAI

Sou assinante de Tempo e Presença já alguns anos. Minha permanência nessa revista é porque acredito na proposta de que "um outro mundo é possível". São poucos os meios de comunicação comprometidos com uma visão de mundo e de homem libertadora. Gostaria de sugerir um tema para ser abordado por essa revista: (ex) inclusão digital.

Paulo Sergio, por e-mail

Boa Vista/RR

Venho reafirmar meu apreço por esta tão importante publicação. Já assinante há alguns anos, tenho considerado como imprescindível a manutenção deste vínculo com vocês, a despeito das adversidades econômicas a que me submeti.

Agora, iniciando um novo ciclo na vida, já que me casei em março, uma certeza permanece entre minha futura companheira e eu: a manutenção da assinatura de Tempo e Presença.

Desde já agradeço a gentileza da atualização de meu cadastro. Continuem com Deus.

Gustavo Lopes Borba
São Paulo – SP

Tempo e Presença tem sido pra mim estímulo às leituras críticas e criativas. Os artigos e reflexões têm me ajudado muito como cidadão e cristão. Desejo a vocês bom trabalho e sucesso nesta missão de vocês. Um abraço,

Raul José Biffi
Marília, SP

Continuamos à espera de sugestões, críticas, reclamações e comentários sobre TEMPO E PRESENÇA.

E-mail para:
tp@koinonia.org.br

Cartas para:
Tempo e Presença/Koinonia
Rua Santo Amaro, 129 Glória
22211-230 Rio de Janeiro RJ

Koinonia: resistência e esperança



A partir da década de 1950, na esteira das transformações sóciopolíticas e culturais experimentadas pela sociedade brasileira, as igrejas refletiram de forma muito intensa a polarização político-ideológica em que se viu imersa a sociedade. Tanto no mundo romano-católico quanto no variado universo das igrejas protestantes o debate em torno da responsabilidade sóciopolítica das comunidades cristãs tomou conta das agendas das igrejas. De um lado, e de forma majoritária, estavam os segmentos conservadores que detinham, historicamente, o controle do aparato dirigente das instituições eclesiásticas e articulavam uma interpretação do Evangelho e do papel institucional das comunidades religiosas numa perspectiva individualista e a-histórica. Na outra ponta se encontravam clérigos jovens, estudantes de teologia, ativistas políticos, lideranças sindicais e, principalmente, organizações de jovens que, sensibilizados pela dimensão ética da mensagem bíblica e indignados com as gritantes injustiças da estrutura sócioeconômica e política do país reivindicavam de suas igrejas uma postura profética de denúncia dessa situação e uma atitude missionária que possibilitasse aos cristãos um engajamento efetivo na luta pela transformação da sociedade.

Será nesse contexto de profunda polarização que o movimento ecumênico começa a ganhar consistência no interior do campo religioso brasileiro. Primeiro entre alguns grupos das igrejas protestantes, que se abrem ao diálogo tendo em vista a realidade brasileira, para ampliá-lo mais tarde com setores do universo romano-católico com preocupações similares. O recrudescimento da luta ideológica teve como desfecho o Golpe militar de 1964 com trágicas consequências para a frágil democracia brasileira como é de todos conhecido. No âmbito de muitas igrejas protestantes sua repercussão foi ainda mais devastadora ao fortalecer os grupos conservadores que, não só tomaram o poder nas diferentes denominações como, em nome da luta anti-comunista, eliminaram todas as organizações inter e intraeclesiásticas que propugnava por diálogo e abertura às questões sociais, dissolveram as organizações de jovens e expulsaram das igrejas todos os seus opositores. As incipientes propostas e atividades ecumênicas foram consideradas de caráter filo-comunista e, como tal, proibidas. Numa atitude de esperançosa resistência os protagonistas do movimento ecumônico começaram a se articular à margem das estruturas eclesiásticas vivendo uma situação de verdadeira diáspora eclesial, sendo

perseguidos pelo regime com a ajuda de seus supostos irmãos de fé! Entretanto, apesar das dificuldades geradas pelo obscurantismo autoritário que resultou em prisões, torturas, mortes, desaparecimento e exílio para muitos, o Movimento Ecumônico cresceu e se fortaleceu alcançando grande significação para a vida do país e de muitas igrejas, especialmente, na década de 1980.

Ao celebrar seu décimo aniversário de organização institucional, quando o País relembraria a tragédia daquebra da ordem democrática há quarenta anos, **Koinonia**, como uma organização remanescente direta desse longo processo de luta pela emancipação do povo brasileiro, faz questão de recordar os inícios de uma luta de resistência à ditadura que em sua trajetória consolidou sua identidade ecumônica e ampliou-se para incluir o combate a todas as formas de dogmatismo, intolerância e preconceitos. Ao mesmo tempo se orgulha em reafirmar que continua a realimentar sua esperança nos valores sempre exigentes da utopia do “Reino de Deus”, categoria da linguagem teológica dos cristãos que pode ser traduzida na afirmação da liberdade, da democracia e da justiça para todos como único caminho para a garantia dos direitos de todos a uma vida plenamente humana.

Igreja e sociedade

uma experiência ecumênica

Waldo Cesar

Cinco esbirros, com uma ordem de busca, no tempo escuro da repressão, foram ao apartamento do Autor, recolheram muitas revistas e livros e os originais do livro *A morte de Deus*, que Maria Luiza acabara de traduzir. Um deles fez um exaustivo exame, mas não incluiu o livro ‘ateu’ entre muitos outros. Ao entregar os originais traduzidos declarou solenemente: “É, são coisas muito profundas”. Expressão-síntese da rejeição silenciosa e também covarde à epopéia da experiência ecumônica na história da Igreja e Sociedade na América Latina, escrita com suor, sangue, torturas, masmorras, e bela que nem uma Fênix – renascida (sempre) das cinzas.

— Qual é a sua ideologia?

Já sabíamos, pelo depoimento de outros companheiros, presos no quartel da Polícia do Exército, na Vila Militar, que era uma das perguntas, em geral a última.

— Eu sou dissidente muçulmano, afirmou com seriedade o nosso colega, depois da insistência do agente do Dops.

O escrivão repetiu a informação com ar inteligente e registrou-a na tecla da velha máquina barulhenta.

A mim, perto das cinco da manhã, no interrogatório que começara às onze da noite, o próprio delegado, diante do meu silêncio, deu a resposta: Já sei, você é um socialista cristão, certo? E outro policial: E acredita em Deus?

Claro, era preciso registrar que um “comunista” é ateu. Tenho lembrança de haver dado um sorriso, e, de certa forma, devolver a pergunta: O que o senhor acha? Ele tentou rir, depois fechou a cara, e confirmou que eu devia mesmo ser um socialista cristão, seja lá o que ele entendesse por isso. Sabíamos que o general-ditador Castelo Branco proibira a tortura aos quinze “intelectuais” presos, mas os maus tratos eram substituídos por ameaças e pressão psicológica, nem sempre inteligentes, mas efetivas. Chamavam-me,

com ironia, de pastor, viajante e agente internacional da subversão, diretor de uma perigosa revista de esquerda (*Paz e Terra*).

O episódio me faz lembrar a busca, dias antes, no meu apartamento em Copacabana, lindo sábado de sol e de preparação para a praia. O amigo e advogado Amaury Costa foi chamado e chegou pouco depois dos cinco agentes do Dops (numa operação conjunta com o exército), tentando esclarecer e amenizar a situação. Pediu-lhes a ordem de prisão e eles a mostraram, recusando-se a deixar o documento ou alguma cópia. Depois de uma hora de revista, um dos homens pensou haver encontrado a prova que talvez faltasse — o original de *A morte de Deus*, que Maria Luiza, minha mulher, havia traduzido para a Editora *Paz e Terra*. Sentou-se, fez um exaustivo exame, mas não incluiu o livro “ateu” entre os muitos outros, além de revistas e documentos que levaram (e nunca devolveram). Entrega-me a pasta e afirma solenemente: É, são coisas muito profundas...

Estas rápidas lembranças da visita inesperada e dos oito dias em que estive detido, incomunicável, e o longo processo na Justiça Militar, permanecem vivas quarenta anos depois. Na

O conjunto da situação só aos poucos foi se delineando — mas até agora há o que esclarecer sobre documentos destruídos, mortos sem sepultura, anistias ainda irreparadas — e o papel de setores da Igreja que por vezes se anteciparam na censura e na repressão

mesma hora, Jovelino Ramos, pastor da nova igreja em Ipanema, era procurado, conseguindo escapar pelo fundo de sua casa em Santa Teresa, mas não dos futuros depoimentos e da saída do País varrido pela loucura da repressão. Hoje, nesta difícil caminhada para uma democracia plena, ainda dominados pela concentração da terra e das riquezas do País em poucas mãos, pela fome, a violência, a doença, e tantos outros males, tudo parece tão distante e absurdo, que por vezes chegamos a rir de alguns episódios. A época, porém, quase sempre significava enorme sofrimento, morte, desaparecimento sem volta. Como aconteceu com Paulo Wright. Uma semana antes havia nos visitado, o que fazia ao passar pelo Rio, no intervalo de suas andanças clandestinas, depois de uma carreira política como deputado estadual e da criação de 27 cooperativas de pescadores ao longo do litoral de Santa Catarina, percorrido a pé, de colônia em colônia. Sua fala mansa e profunda sobre as perseguições, as violências, as injustiças, o autoritarismo no País — e na Igreja — ainda ressoam com a força da palavra ardente dos profetas.

A prisão foi em 1966. Como outros companheiros, tentava resistir, na

convicção ingênuas de que tudo não passaria de um pesadelo de dois a três anos. Mas fui novamente procurado, depois da leitura do Ato Institucional/5 (AI-5), em dezembro de 68, quando a situação teria sido das mais graves, tendo escapado graças ao conselho de Lysâneas Maciel para que desaparecesse por uns tempos. Saí do Rio na manhã seguinte, e à noite lá estavam os homens, agora do exército, justamente por ocasião da festa que nossa filha Ana Cristina oferecia aos colegas formandos do segundo grau. Buscavam armas, folhetos de propaganda subversiva, livros de sociologia, profissão proscrita pela sabedoria militar.

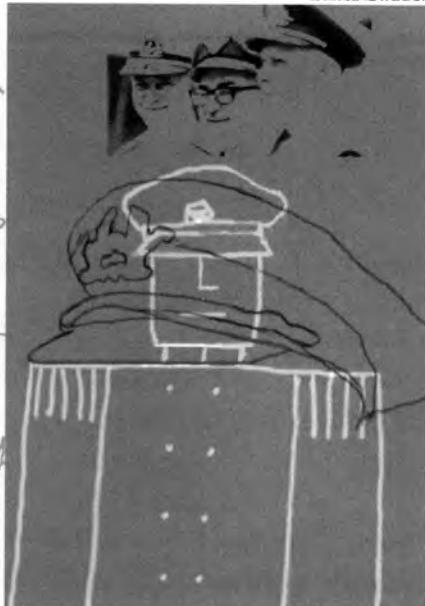
O conjunto da situação só aos poucos foi se delineando — mas até agora há o que esclarecer sobre documentos destruídos, mortos sem sepultura, anistias ainda irreparadas — e o papel de setores da Igreja que por vezes se anteciparam na censura e na repressão.

A RESPONSABILIDADE SOCIAL DA IGREJA

O contexto vem de mais longe, de uma fase de entusiasmo nas igrejas, antecipada pelo trabalho criativo da mocidade evangélica, que de certa forma contribuiu para a criação do movimento Igreja e Sociedade, em 1955, iniciativa do teólogo Richard Shaull. Sua presença no Brasil, depois de dez anos na Colômbia como missionário, professor no Seminário Presbiteriano de Campinas e liderança no trabalho estudantil, desafiou a Igreja e marcou uma nova era na formação teológica e no testemunho social dos cristãos. Tra-

tava-se de um esforço para definir e envolver as igrejas evangélicas na realidade brasileira. Antes, vivíamos para dentro. Os contatos e interesses pela sociedade — a política, a economia, a cultura — constituíam um universo *fora* ou além de nosso compromisso cristão. Dois mundos, em geral opostos. A intensidade dos dias da semana, da vida universitária e da secularidade não podia ser confrontada com dois pobres cultos dominicais e sermões freqüentemente dominados por uma teologia alienante. E embora muitos jovens se ocupassem de tarefas do seu movimento durante a semana, faltava a conexão, o elo entre o mundo e a igreja, o sagrado e o secular. Shaull mostrou que os espaços do mundo constituíam o desafio maior para a missão da igreja, para a participação cristã.

Formou-se então um pequeno grupo ecumênico, com apoio do Conselho Mundial de Igrejas, constituindo a Comissão de Igreja e Sociedade. A primeira expressão mais ampla do movimento se deu com a promoção de um encontro nacional. O tema, mais ou menos genérico, tratava de definir “A responsabilidade social da Igreja.” Começava algo novo, que dava respostas a uma inquietação profunda, cotidiana: como viver a vida cristã numa nação injusta, numa sociedade fragmentada, no mundo ameaçador. Poucos meses depois do primeiro encontro, a Comissão de Igreja e Sociedade decide aceitar o convite da Confederação Evangélica do Brasil (CEB) e integrar o novo projeto na sua estrutura. Nasce então o Setor de Responsabilidade



Social da Igreja, cabendo-me a função de secretário executivo do movimento. Mas a dinâmica do Setor, e suas propostas, assim como a expressiva participação denominacional, ultrapassavam os limitados parâmetros teológicos e institucionais da CEB.

Foram anos crescentemente difíceis, primeiro e sobretudo no interior da Confederação, na medida em que se desenvolviam as atividades e o envolvimento no campo social, político e cultural do País; e aumentava o interesse de membros e pastores também de igrejas não filiadas à CEB. Os objetivos do Setor contrastavam-se fortemente com os propósitos da instituição que nos abrigava, limitados a uma "cooperação interdenominacional" e à "representação pública do evangelismo nacional", neste caso sempre — e apenas — quando ameaçada a liberdade de cultos ou no caso de algum tipo de favorecimento oficial à Igreja Católica Romana. Em breve o Setor não sómente seria mais representativo ecumênica e nacionalmente do que a CEB, como ultrapassaria as tímidas fronteiras por ela estabelecidas. A tensão era

crescente à medida que se desenvolviam as consultas nacionais, cujos temas se tornavam progressivamente desafiadores, não apenas no interior da Confederação, mas também em relação aos sistemas de segurança do País. Vale a pena lembrar que o Roger Bastide afirmara em outras circunstâncias, assinalando "a dialética entre valores e estruturas."

Além de expressivas contribuições teológicas até então quase desconhecidas no Brasil, com as quais colaboraram prestigiosos visitantes de outros países, o Setor contava com a contribuição pessoal de cientistas sociais e políticos, cuja visão e análise da conjuntura nas tumultuadas décadas de 1950 e 1960 eram confrontadas com a nossa fé, o nosso compromisso — e a esperança de contribuirmos como Igreja para uma nova sociedade. Paradoxalmente, a diretoria da Confederação tolerava a participação desses 'não cristãos' (até mesmo de marxistas declarados) nas reuniões de estudo, porém não admitia a presença de católicos romanos. Enquanto o país era também sacudido por outras contra-

dições, até hoje motivo de especulação e assombro. O suicídio de Vargas em 1954, depois de sua deposição e volta ao poder por eleição, em 1950, traumatizara o país. Juscelino toma posse em 1956 e mobiliza o sentimento de nacionalidade com o seu programa de metas, Brasília, o avanço industrial. Renúncia de Jânio. Posse tumultuada de Goulart e reação às reformas de base. E as implicações políticas e econômicas das alianças do mundo liberal com o mundo comunista e socialista na vitória da II Guerra. Depois, a guerra fria. O susto universal do despontar da China e do desafio cubano. O Concílio Vaticano II (1962-1965), convocado por João XXIII, propõe a união dos cristãos e adaptação da Igreja aos tempos modernos. Tentávamos acompanhar os fatos, cada vez mais universais e de maior complexidade, como faziam departamentos do Conselho Mundial de Igrejas e do Vaticano. Em 1961 já havíamos discutido a encíclica *Mater et Magistra*, com a participação de um católico (A. Zimermann), um marxista (Leandro Konder) e o teólogo protestante (Paul Lehmann).

O turbilhão de acontecimentos afetava o cenário mundial e nacional, penetrava no nosso dia-a-dia com rapidez desconcertante; e ultrapassava nossa capacidade de acompanhar os fatos



O turbilhão de acontecimentos afe-
tava o cenário mundial e nacional, pe-
netrava no nosso dia-a-dia com rapi-
dez desconcertante; e ultrapassava nos-
sa capacidade de acompanhar os fa-
tos. Daí nasceu o tema da segunda con-
sulta, em 1957: "A Igreja e as rápidas
transformações sociais do Brasil." Como igrejas predominantemente tra-
dicionais, conservadoras e divididas
poderiam entender e agir nesse pro-
cesso de mudanças? O tema constituía
uma nova chave para interpretar a re-
alidade e marcar o lugar da Igreja no
mundo. Com ele, surgia um novo vo-
cabulário, nova leitura e interpretação
da velha Bíblia. No meio das reações
de alguns setores, um senhor levantou-
se com ar de desafio no auditório repleto:
Mas de onde vem essa história de rápidas transformações? Shaull respondeu com um sorriso: Isto vem desde o Éden. Como assim? Ora, retrucou o conferencista, quando nossos pais foram expulsos do paraíso, Adão disse para Eva: Vamos, querida, es-
tamos numa época de grandes transfor-
mações...

Em 1960, como resultado do pro-
cesso de desenvolvimento da era JK, num Brasil que parecia descobrir a sua identidade, define-se o tema da terceira consulta, mais direta e mais pertinente do que os anteriores: "Presença da Igreja na evolução da nacionalidade brasileira". Novamente, o encontro

contava com a colaboração de cientis-
tas sociais e de um crescente número
de evangélicos de várias igrejas. Uma
das surpresas do momento, à qual não
demos a importância devida, foi a vi-
sita de um agente do Departamento
Estadual de Ordem Política e Social
(Dops). Pediu para falar particularmen-
te comigo, como coordenador da con-
sulta. Queria saber de que se tratava,
o que fazíamos, quem era quem, o que
queríamos dizer com evolução da na-
cionalidade. Perguntei-lhe se dispunha
de tempo e ele, com certo espanto: Por
quê? Respondi-lhe que para explicar
o nosso tema, e os propósitos do Se-
tor, teria que começar pelo profeta
Amós, século oitavo antes de Cristo, de-
fensor da justiça social, proclama-
dor de uma nova ordem no mundo.
Não demorou muito, declarou-se sa-
tisfeito e anunciou que iria assistir à
reunião. A preleção teológica era pro-
ferida pelo doutor Visser't Hooft, se-
cretário-geral do Conselho Mundial de
Igrejas. Logo o estranho retirou-se sem
se despedir. Ora, estávamos em São
Paulo, 1960, e já se preparava o tem-
po do domínio militar. A temática do
Setor de Responsabilidade Social da
Igreja se engajava na realidade e se for-
talecia. Assim, em 1962, deslocamo-
nos do eixo Rio — São Paulo. Agora
é o Nordeste, é o Recife com seus 800
mil habitantes e 200 mil desemprega-
dos. São as Ligas Camponesas. Os mo-
vimentos estudantis. São os nordestinos
cuja média de vida se mantinha
nos 27 anos de idade, 50% morrendo
antes dos 30, produção agrícola ape-
nas para 11 milhões numa populaçāo

de 23 milhões. Ali estávamos, véspe-
ra, imaginávamos, de uma nova era
para a sociedade brasileira.

A CONFERÊNCIA DO NORDESTE

O tema da quarta consulta — "Cristo
e o processo revolucionário brasilei-
ro" — foi resultado de muitos debates
dentro da Confederação Evangélica do
Brasil (CEB). A dinâmica do Setor in-
fluía em todas as decisões, provocava
debates, alguns acalorados. Os mate-
riais de estudo produzidos eram com-
parados com os textos repetitivos e ul-
trapassados das revistas de Escola Do-
minal. Era a encruzilhada. O pro-
cesso político avançava e parecia in-
dicar uma caminhada inevitável para
uma nova situação, influenciada pelos
movimentos de esquerda. As discus-
ões, no entanto, eram mais de conve-
niência do que de natureza teológica.
Se a esquerda vencesse — e isto foi
dito claramente —, a CEB teria quem
a defendesse; mas era melhor evitar o

**Um senhor levantou-se
com ar de desafio no
auditório repleto: Mas de
onde vem essa história de
rápidas transformações?
Shaull respondeu com um
sorriso: Isto vem desde o
Éden. Como assim? Ora,
retrucou, quando nossos
pais foram expulsos do
paraíso, Adão disse para
Eva: Vamos, querida,
estamos numa época de
grandes transformações...**

A Conferência do Nordeste reuniu participantes de 16 estados e delegados fraternais dos Estados Unidos, México e Uruguai.

Na abertura foi lido o telegrama do presidente João Goulart e assinalada a presença do governador de Pernambuco e do presidente da Câmara dos Deputados; o comandante da VII Região Militar e o prefeito Miguel Arraes mandaram representantes

tema, a palavra revolução, o cartaz, concebido pelo Cláudius Ceccon, onde uma cruz tosca se misturava com instrumentos agrícolas, entre os quais uma foice. Mas insistimos que a conjunção e aprofundava nossa convicção de que cabia à Igreja confrontar-se com os acontecimentos seculares e dava continuidade aos temas dos encontros anteriores: *a Igreja e as transformações sociais*; ou ao seu envolvimento: *a presença da Igreja na nacionalidade brasileira*. E então, agora, deveríamos ir mais longe — *Cristo e o processo revolucionário*. Nossa vocabulário se ampliava teológica e sociologicamente — o que muito devíamos a Richard Shaull. Agora não se fala somente da Igreja, mas de Cristo. *Cristo e*.

A Conferência do Nordeste, como foi chamada, reuniu 167 participantes de 16 estados, 14 denominações e delegados fraternais de igrejas dos Estados Unidos, México e Uruguai. Na abertura foi lido o telegrama de congratulações do presidente João Goulart e assinalada a presença do governador de Pernambuco (Cid Sampaio) e do

presidente da Câmara dos Deputados; o comandante da VII Região Militar e o prefeito Miguel Arraes mandaram representantes. Ali, inusitadamente num cenário evangélico, autoridades do Estado, cientistas sociais, artistas e intelectuais, seminaristas católicos (mas não preletores) encontram-se no meio de crentes de Bíblia na mão, pastores e teólogos, hinos entusiásticos, mensagens que ultrapassavam o salão repleto e repercutiam na imprensa local — e na expectativa de que chegasse a cada igreja: *A Conferência era nacional, mas o seu resultado maior e mais profundo deveria estar em relação com a tarefa local de cada igreja. (...) A igreja local é uma espécie de vigia do mundo, olhando os homens nas suas situações de cada dia e chama-los ao arrependimento e à fé em Jesus Cristo. Mas é uma tarefa complexa. Para chamar é preciso conhecer pelo nome o homem anônimo de hoje. Como se chama ele? Talvez tenha o nome de movimentos, de ideologias, associações. Somente conhecendo a fundo as estruturas da grande sociedade será possível falar ao homem numa linguagem que ele entenda e respeite.* (Do Diário da Conferência do Nordeste, sobre a Conferência e a Cidade.)

Joaquim Beato, João Dias de Araújo, Bispo Edmund Sherrill, Celso Furtado, Gilberto Freyre, Paulo Singer, Juarez Brandão Lopes. Muitos outros. O Teatro Santa Isabel, lotado, vibra com o cântico de abertura, o hino nacional. O futuro bispo metodista Almir dos Santos, presidente do

Setor, atualiza as palavras de Jesus: *O Espírito do Senhor está sobre mim, pelo que me ungiu para evangelizar os pobres; enviou-me para proclamar libertação aos cativeiros e restauração da vista aos cegos, para pôr em liberdade os oprimidos, e apregoar o ano aceitável do Senhor.* E lembra que há dois perigos na confrontação de nossa fé com a situação social: aceitar um programa de ação, mas negar a dinâmica do Espírito, o poder de Deus, o que se torna em puro humanismo; ou então aceitar essa dinâmica mas negar um programa de ação. O plano sem poder é mera ficção; o poder sem plano é simples nulidade. E desafia o auditório eclético, lotado; e a cidade faminta, o país injusto: Programa e ação aliados criam um novo mundo.

Durante toda a semana fomos manchetes diárias nas primeiras páginas dos jornais do Recife e notícia no Rio de Janeiro. O *Diário de Pernambuco* já havia anunciado com antecedência “Líderes evangélicos preparam no Recife reunião para debater problemas sociais” (24/3/62). Mas no café da manhã do dia seguinte, ífamos na primeira página da *Última hora*: “Os evangélicos propõem a revolução cristã.” No Rio, diz *O Globo*: “Oradores pregam a revolução em conclave evangélicos no Recife” (26/7). O *Jornal do Brasil*: “Evangélicos debatem no Nordeste ‘Cristo e a pré-revolução’” (8/8). Mais de um ano depois, a sofisticada revista *Senhor* (10/63), expressão da intelectualidade brasileira, publica em dois números seguidos a preleção de Joaquim Beato sobre os

profetas e suas lutas pela justiça e transformação da vida. Durante meses, os jornais evangélicos comentaram a Conferência, fizeram entrevistas, ressaltavam com entusiasmo os resultados do trabalho, ao mesmo tempo que outras publicações criticavam fortemente a intromissão da Igreja na política, na sociedade.

Na introdução ao segundo volume publicado após a consulta, com as preleções dos principais oradores, dizia-se num dos parágrafos: *A tentativa de entrar concretamente na análise da situação presente não significa que cabe à Igreja apontar ou adotar uma ideologia ou um sistema político ou social. A tarefa da Igreja é aceitar o desafio do momento e proclamar a soberania de Jesus Cristo. A Conferência do Nordeste significa que todo esforço que parte da Igreja deve demonstrar a evidência da ação de Deus no mundo. Aceitamos os técnicos e necessitamos deles para compreender melhor os fatos; compartilhamos e dialogamos, sem medo e sem complexos, com as próprias forças que negam o senhorio de Jesus Cristo. Mas nós o fazemos como Igreja, sob o peso e o mistério da Encarnação – evento supremo e definitivo da História. Em obediência sabemos que os novos esforços têm sentido e lugar na história do Brasil de hoje e no momento internacional que atravessamos.*

A IGREJA SE ANTECIPA AO GOLPE

O impacto foi maior do que se esperava. Mobilizou a mocidade e seminários, ultrapassou os redutos fechados

dos templos evangélicos, chegou a setores significativos da Igreja Católica. O jornal católico *Brasil urgente*, mais tarde censurado e fechado, dedicou as páginas do meio ao evento, afirmado que o protestantismo brasileiro tinha duas grandes fases: antes e depois da Conferência do Nordeste. John Mackay (carta de agosto de 63) expressa seu entusiasmo e apoio à iniciativa de uma igreja voltada para a realidade social. Dentro, porém, da Confederação Evangélica do Brasil o resultado da Consulta caiu feito uma bomba. Ainda assim, o Setor sobreveiu por quase dois anos. Seu âmbito nacional se consolidara e recebíamos convites de igrejas e seminários para falar sobre a Conferência e o futuro do trabalho.

Foi quando surgiu o projeto da criação de um Centro Brasileiro de Estudos, com maior autonomia, voltado para a extensão do programa Igreja e Sociedade. O Conselho Mundial de Igrejas colaborou na elaboração do plano e aprovou uma verba de mais de 200 mil dólares para um trabalho de 5 anos, a maior importância até então votada para um projeto dessa natureza. Mas isto não aconteceu, embora a CEB esperasse que os recursos de fora seriam mantidos após o fechamento do Setor, da minha demissão e da equipe de trabalho, assim como de outros executivos e assistentes (Jether Ramalho, Domício de Mattos, Francisco de Souza, Carlos Cunha), igualmente comprometidos com a mesma dimensão social nas suas respectivas áreas. A decisão fora tomada antes do

O jornal católico *Brasil urgente*, mais tarde censurado e fechado, dedicou as páginas do meio ao evento, afirmando que o protestantismo brasileiro tinha duas grandes fases: antes e depois da Conferência do Nordeste

golpe militar, mas as expulsões efetuadas logo depois, enquanto também se expulsavam professores de colégios evangélicos e do Seminário Presbiteriano de Campinas (Richard Shaull, então nos Estados Unidos, não pôde reassumir a cátedra e nem mesmo retornar ao Brasil durante vinte anos). Em Belo Horizonte, um pastor presbiteriano encontrou o templo trancado a cadeado. A Igreja Presbiteriana, herdeira de posições ecumênicas e de expressões sociais e culturais, foi oficialmente das mais repressivas, conforme relata João Dias de Araújo no livro *Inquisição sem fogueiras*. Quando anos depois consegui meu habeas-data no Dops, confirmou-se que alguns dos nossos delatores eram pastores e presbíteros das igrejas que freqüentávamos. Seus nomes, que prefiro não citar (alguns já partiram), estão lamentavelmente nos nossos arquivos. (Marcos 4.22: "Pois nada há encoberto que não haja de ser manifesto, e nada se faz para ficar oculto, mas para ser descoberto.")

De que éramos acusados? O jornal da Confederação, o *Brasil evangélico*, mencionava coisas irreconhecíveis, sem direito a defesa, estranhas para quem trabalhara na entidade durante vários anos. No meu caso, depois de



quinze anos, eram nove as 'faltas graves', entre as quais desacato ao Conselho Executivo, uso de textos bíblicos para atingir fins ideológicos e políticos, orientação em discordância com o pensamento do povo evangélico etc. Antes que a biblioteca e os arquivos do Setor fossem trancados, consegui salvar a correspondência, as 67 atas das suas reuniões regulares e pastas com recortes sobre a Conferência do Nordeste.

A reação de algumas igrejas-membros foi muito forte, exigindo mesmo, inutilmente, uma nova reunião plena da diretoria da CEB, com a presença das autoridades máximas das igrejas, para uma revisão das decisões tomadas. Conservo documentos e cartas das Igrejas Luterana, Episcopal, Metodista, além de pronunciamentos e manifestações de órgãos ecumênicos, como o Conselho Mundial de Igrejas e Igreja e Sociedade na América Latina (Isal).

NOVOS CAMINHOS

A repressão no Brasil, assumida por setores eclesiásticos, parecia haver encerrado uma era de promessas e esperanças — esperanças e promessas de uma nova Igreja, consciente de uma tarefa de evangelização que fosse além da conversão individual, mobilizadora da sociedade e de homens de boa vontade. Toda uma geração frustrada, mais pelas atitudes das autoridades eclesiásticas do que pelo arbítrio das autoridades militares. Destas era possível esperar a repressão que marcava a luta ideológica e avançava por toda a América Latina. Mas a Igreja profé-

tica com a qual sonháramos se transformara num pesadelo. Estávamos dispersos. De várias fontes confirmavam-se as críticas, as denúncias; de outras, porém, por vezes inesperadas, surgiam apoios pessoais e institucionais, do Brasil e do exterior. Luis Odell vem ao Brasil e confirma o apoio de Isal, com sede em Montevideu, e recursos para a sobrevivência de muitos de nós, agora ligados à publicação de *Cristianismo y Sociedad*.

Novos caminhos despontam. Shaull, nos Estados Unidos, consegue fundos para a criação de um pequeno boletim mensal — o *CEI* —, pelo qual procurávamos dar notícias e alimentar a chama da esperança, então ausentes de quase todos os órgãos da igreja. Esse novo espaço contava com a participação direta de irmãos católicos, com os quais agora podíamos nos reunir, compartilhar dúvidas, medos e expectativas. O pequeno jornalzinho, motivo recente de uma tese jornalística, foi a semente da Revista *Tempo e Presença* e de numerosas iniciativas editoriais, seminários e debates. Muitas novas Organizações Não-Governamentais (ONGs) se organizaram, dando continuidade a um trabalho social abandonado pelo governo e por igrejas, expressando ainda uma nova face do movimento ecumônico, disperso, mas presente na sua composição institucional.

Outro espaço, dos mais significativos, concretizou-se na criação da Editora Paz e Terra, já referida, e sua revista *Paz e Terra*. Durante meses, com o líder católico Luiz Eduardo Wanderley, depois do interesse de-

monstrado pelo editor Énio Silveira, da Editora Civilização Brasileira, visitamos, no Rio, em São Paulo e em Belo Horizonte, padres, pastores e leigos interessados em continuar a luta cerceada pelo golpe, através de uma publicação regular e da edição de livros no campo social e teológico que alimentassem a nossa reação e esperança. Foram publicados onze exemplares da revista, entre 1966 e 1968, quando a perseguição policial não permitiu a sua continuidade. Como jornalista registrado, coube-me a função de diretor-responsável, com a assistência de Luiz Eduardo e de Moacyr Félix, ao lado de um expressivo corpo editorial de cerca de trinta nomes de brasileiros e estrangeiros, protestantes, católicos e não-cristãos, homens e mulheres. Os 10 mil exemplares, a cada 2 meses, desapareciam das bancas de jornais. Numerosos livros, de autores nacionais e estrangeiros, foram publicados. Assim começava a apresentação do primeiro número: "Nenhum encontro mais fecundo que paz e terra. Dele provém a verdadeira dimensão do diálogo e do humanismo que possibilita às criaturas fazer do universo a sua morada." O título era atual e se conectava com o da encíclica *Pacem in terris* (1963), lançada por João XXIII. E terminava o editorial: *Paz e terra é o campo onde os humanismos, as igrejas e os diálogos dos homens de*



boa-vontade superaram as diferenças de estrutura e instituição, raça e credo, cultura e partido, para se encontrarem no reconhecimento da necessidade de defender e promover os valores que se ligam à dignidade e à grandeza da vocação do homem.

QUARENTA ANOS DEPOIS

Tudo isto acirrou os ânimos ditatoriais, e ainda em alguns setores das igrejas. Os "atos institucionais", até o famigerado AI-5, em dezembro de 1968, pareciam perpetuar o sistema de repressão e morte que se instalara no País. Por outro lado, tais atos mostrava-

vam a face contraditória dos novos donos do poder, tentando reagir às crescentes e variadas manifestações de protesto e inconformismo — de intelectuais, artistas, políticos, religiosos, estudantes, camponeses; e dos movimentos mais radicais, as guerrilhas nos sertões e as passeatas que inundavam as ruas das principais cidades. A Igreja Católica Romana, que num primeiro momento se tornara aliada, passa a

Carlos Carvalho

Encontro Nacional de CEBs e reprodução de página do primeiro número da revista *Paz e Terra*

III DOCUMENTÁRIO	
1. DISCURSO DO PAPEL PAULO VI NA ONU	227
2. DISCURSO DE DOM HELDER CÂMARA: EVANGELIZAÇÃO E HUMANIZAÇÃO NESTE MUNDO EM DESENVOLVIMENTO	228
3. OS PADRES "BERREROS" NA COLÔMBIA Waldo A. César	243
4. O CASO DO PADRE CAMILO TÓRRES: DOCUMENTOS E FOTOS	254
5. A Morte do Biscuitote CAMILO TÓRRES Geraldo Góes	264
6. O TESTEMUNHO DO PADRE CAMILO TÓRRES Luiz Alberto G. de Souza	267
7. ANATOMIA DA PAZ: intervenções de Paul Tillich, Linus Pauling, Vítor Lakshmi Pandit e Piero Nenni	273

PAZ E TERRA
Lançamento bimestral da
EDITORARIA PAZ E TERRA LIMITADA
Av. das Américas, 156, 12.º and.
Piso de Mirante, GR
Ano I, n.º 1 JULHO, 1966
Diretor Responsável: Waldo A. César
Secretário: Muncy Félix
Comitê de Redação:
Alceu de Abreu Lima — Frei Pedro Secondi, O.P. — Edgard de Godoy — José Góes — José Carlos Caldeira — Júlio César da Almeida — José Henrique Rodrigues — Antônio Oliveira Cunha — José Lino Pereira Ramos — Iazio de Figueira — Alfredo Braga — Francisco Whitsucker Ferreira — Maria José Brandão — Maria Helena Klötzner — Lúcia Ribeiro de Oliveira Ramos — Luiz Alberto Góes de Souza — Raul Landim Filho — Gláucio Soares de Lima — Luiz Eduardo Wandrey — José Paulo Moreira da Fonseca — Padre Francisco Guimarães — Breno Góes — Jorge César Mora — Edmara Borges Costa — Celso L. de Sylva.

Correspondentes estrangeiros:
Richard Shultz (Estados Unidos) — André Dumas (França) —
Héber Coletta (Uruguai) — Gonzalo Castillo Cáceres (Colômbia) — Héctor Borrat (Uruguai).

Distribuição exclusiva:
EDITORARIA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA S.A.
Rua 7 de Setembro, 97 — Rio de Janeiro, GB

manifestar-se contra as torturas, e o crescente desrespeito aos direitos humanos. Os exilados conquistam lugares importantes no exterior, alimentam a chama da paz e da liberdade, clamam pela volta para casa. Com a anistia, cada chegada ao aeroporto se transformava numa festa. A vida recomeça depois de vinte anos de perseguição. Tortura, nunca mais.

Mas ainda sofremos os estragos da ditadura, do hiato na educação, na saúde, na desigualdade social. A violência policial renova os instrumentos de tortura. A reconquista dos nossos valores, de nossa identidade nacional e cultural, encontra hoje novos e aterradores obstáculos — nacionais e internacionais. Agora, internamente, é preciso lutar ainda por uma democratização plena, social e não apenas política; defender os ameaçados bens da natureza, buscar novas formas de vida e de autonomia no inevitável processo de globalização.

Os espaços políticos e sociais de agora, embora ainda contraditórios, herdeiros de décadas de opressão, voltam a desafiar as igrejas e os evangélicos, hoje com reconhecido novo peso político e eleitoral. Não se trata de repetir uma experiência que teve o seu tempo e espaço próprios, mas de redescobrir, se possível ecumenicamente, novas formas de relacionamento e contribuição para formar e desenvolver nossa sociedade.

Waldo Cesar, jornalista e sociólogo.

A igreja da resistência em Recife

Eduardo Hoornaert

Fraco, quase indefeso, "pavor dos militares sediados em Recife", força indomável de um herói (*held*) da resistência à 'revolução de 1964', bispo romano-católico, chamava-se Hélder. Numa reunião, um general sentado ao lado dele decide fumar, não tem fósforo, e o bispo consegue fósforo e acende o cigarro adversário. Recusa celebrar missa pelo segundo aniversário da 'revolução'! Vai a Paris, pedem-lhe que fale de tortura no Brasil, aceita e intitula a conferência de "Quaisquer que sejam as consequências" (resultado: "Dom Hélder morreu, dissipou-se, sumiu, não existe mais, senão para dar comida aos pobres"). A um seminarista perguntaram se o bispo "carregava uma metralhadora embaixo da batina". Foi vitimado após a visita da "irmã esclerose" em 1999 – chave de ouro do século XX brasileiro.

A injustiça é una e indivisível. Atacá-la e fazê-la recuar, aqui e ali, é sempre fazer avançar a justiça.

(Dom Hélder Câmara)

O golpe militar de março de 1964 surpreendeu a instituição católica no Brasil num momento de fragilidade. Nas eleições para a mesa diretora da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a chapa do grupo nordestino que tinha liderado a instituição desde sua fundação em 1952, sob a inspiração de bispos como Hélder Câmara e José Távora, foi inesperadamente derrotada no início do ano 1964 por um grupo liderado pelo bispo Geraldo Proença Sigaud. Esse, já no decorrer do Concílio Geral dos Bispos Católicos em Roma, o assim chamado Vaticano II (1962-1965), organizara uma campanha sistemática contra a liderança emergente de dom Hélder (a quem chamarei aqui também de 'Dom'), por intermédio de uma aliança com o movimento 'Tradição, Família e Propriedade' (TFP), criado em Minas Gerais no ano 1960. Sigaud estava ligado ao bispo suíço Lefebvre, um ultra-reacionário que desafiara as autoridades de Roma logo depois do Vaticano II. O bispo Sigaud ia fundo e, durante quinze anos – até 1975 –, a

TFP fez campanha de rua contra dom Hélder e os 'padres comunistas'. Em 1968, a TFP entregara ao papa Paulo VI, por ocasião da Conferência episcopal latino-americana de Medellín na Colômbia, um abaixo-assinado de um milhão e seiscentas mil assinaturas contrárias aos 'católicos comunistas'. Em julho do mesmo ano, Sigaud enviara uma carta ao presidente Costa e Silva para expressar sua solidariedade com o governo, contra ataques de "alguns bispos brasileiros simpatizantes de Marx e do comunismo". Não é difícil saber quem eram esses bispos. Além de Hélder Câmara e José Távora, atuavam Paulo Evaristo Arns, Antônio Fragoso, José Maria Pires, Valdir Calheiros, Tomás Balduíno, Aloísio Lorscheider e outros mais. Mas o líder incontestado do grupo era o Dom. Do outro lado da barricada estavam os bispos alinhados com Sigaud: Castro Mayer, Pereira Venâncio, Bandeira de Mello e o arcebispo de Porto Alegre, José D'Angelo Neto. Seguro de sua força depois do golpe militar, Sigaud chegou a justificar abertamente a tortura no Brasil, dizendo: "Não se extrai confissões de um subversivo, dando-lhe bombons."

Poucos dias depois do golpe, dom Hélder foi nomeado arcebispo em

Estou convencido de que a religião necessita de artistas verdadeiros, não de fantoches. Artistas do corpo, livres das conveniências, praticantes da palavra direta e sincera, em meio aos meandros da diplomacia

Recife. Sua chegada coincidiu com o início de meus trabalhos de sacerdote na mesma cidade, onde colaborei com o Dom durante dezoito anos. Consequentemente, este artigo é parcialmente um depoimento pessoal, baseado em leituras.

Umas palavras sobre a impressão que guardo do bispo. O momento privilegiado para falar com ele era depois da missa das seis da manhã na Igreja das Fronteiras, no bairro de Boa Vista em Recife. Ele costumava me convidar a tomar café com ele no pequeno apartamento atrás da sacristia, onde morava. Não tomava mais que um gole de café e umas bolachinhas. Aí começava invariavelmente um *one man show*, pois era difícil interromper tanta criatividade em termos de idéias, palavras e gestos. Depois ele me conduzia à grande porta que dava para a rua e aí tratávamos em poucos minutos das questões que eventualmente me tinham levado à sua presença.

Eu percebia que os encontros com o Dom eram invariavelmente obras de arte. Como ninguém, ele entendia a arte de se aproximar das pessoas e de ganhá-las para sua causa, sempre mais identificada, com o correr dos anos, com a causa dos pobres. Foi essa criatividade bem brasileira, aliada a uma inteligência privilegiada, que fez seu renome no decorrer do Vaticano II. De pouco conhecido bispo auxiliar do Rio de Janeiro, o Dom chegou em pouco tempo a impressionar as mais altas au-

toridades da Igreja Católica Romana.¹ Em Roma, ele tinha conseguido laços de amizade com o papa Paulo VI e o cardeal belga Suenens, uma das figuras principais do Vaticano II. Ao mesmo tempo, tinha chamado a atenção dos principais teólogos do Concílio, como Congar, Küng, Schillebeeckx e Chenu. Iniciou também uma durável colaboração com o sacerdote e sociólogo François Houtart. Mais tarde, trouxe amizade com Roger Garaudy, na época secretário do partido comunista francês. Garaudy chegou a declarar que seu primeiro encontro com dom Helder foi o momento mais importante de sua vida, conforme consta num livro publicado por ocasião dos noventa anos do bispo.

O bispo de Recife era pois um artista nato, mestre em relações humanas. Um diplomata que intimidava os inveterados diplomatas do Vaticano. Helder Câmara 'enchia' qualquer espaço onde entrava com seu corpo frágil e minúsculo, enquanto seus olhos vivos, suas palavras e gestos ágeis transformavam tudo em seu redor em pura arte. Tanto o gabinete de trabalho de Paulo VI como o pequeno apartamento ao lado da 'Igreja das Fronteiras' em Recife recebiam cor e vida pela simples presença dessa figura excepcional.

Eu já escrevi que um encontro com dom Helder era sempre um *happening*. Até o fim da vida o arcebispo de Recife permanecia um 'sedutor' magis-

tral, um artista em *public relations*. Sua aparência, sem qualquer realce, crescia aos nossos olhos na medida em que ele tomava a palavra. Ele espalhava em torno de si um sentimento de simpatia com cumplicidade, uma mistura de respeito e 'conjuração'. Era reconfortante caminhar ao lado dele, sentir-se unido ao seu modo de pensar e agir. Em todo lugar, dom Helder estava na posição central, tranquilo e absolutamente mestre da situação, fosse na sala de recepção de um papa ou numa casinha na periferia de Recife. Ele andava com a mesma naturalidade pelos corredores do Vaticano e pelos becos de Recife. As pessoas nele reconheciam o melhor de si mesmas e o saudavam por onde ele passava, a tal ponto que o cardeal Suenens, com ele de visita a um bairro de Recife, suspirou: "Ah! Se fosse assim em Bruxelas!" Essa paz interior fez com que Helder estivesse a qualquer momento pronto a conquistar pessoas para as suas idéias e planos.

Estou convencido de que a religião necessita de artistas verdadeiros, não de fantoches. Artistas do corpo, livres das conveniências, praticantes da palavra direta e sincera, em meio aos meandros da diplomacia. Artistas do



gesto inesperado, na mais fiel simplicidade, em meio às formalidades e mentiras publicitárias. A vida de dom Helder mostra o que pode ser um religioso de país periférico, explorado pelos grandes, abrindo espaços no drible e na astúcia. *Quem não é o maior tem de ser o melhor.*

Dom Helder aprendeu essa arte na dura sorte, como ele mesmo me confidenciou contando a seguinte história. Quando foi bispo auxiliar do Rio de Janeiro, recebeu certo dia a visita de um barão italiano no palácio episcopal. O homem pedia hospedagem, dizendo-se enviado da Santa Sé para comprar terras na Amazônia. O Dom telefonou para a nunciatura e recebeu de chofre a seguinte resposta: *Que ele seja barão não sabemos. O que sabemos é que vem comprar terras para a Santa Sé. Bondade hospedá-lo.* Dessa e de outras experiências com a cúpula da igreja católica, dom Helder aprendeu penosamente a perder algo de sua

ingenuidade em relação à igreja. Mesmo assim, continuou a ser muito vulnerável diante de qualquer crítica proveniente de Roma, como aponto em seguida.

Helder Câmara apareceu em Recife num cenário bastante tradicionalista. Por longos anos, dom Antônio de Almeida Morais Júnior, um conservador, tinha governado a arquidiocese. Nos vinte anos em que governou a igreja católica local (entre 1964 e 1984), dom Helder teve de lidar com um governo militar autoritário, especificamente com os militares de alta patente do IV Exército, sediado em Recife. Mas veio disposto. Duas instituições, particularmente, teriam dificuldades em lidar com ele: o exército e a igreja. Isso ficou claro no discurso de chegada, no qual ele não citou autoridades militares nem eclesiásticas, mas afirmou: *No Nordeste, Cristo se chama Zé, Antônio, Severino.* O termo Nordeste, na boca de dom Helder,

evocava fome e falta de educação. Temas tratados por Josué de Castro e Paulo Freire. A criação da Sudene, em 1958, pelo presidente Juscelino Kubitscheck, era uma iniciativa de dom Helder apresentada à CNBB e endossada pelos bispos.

Iniciou-se aí um período, mais ou menos entre 1964 e 1970, de escaramuças entre a igreja resistente do Nordeste e os generais e outras autoridades militares em Recife. O governo central da República tinha o máximo cuidado em indicar para o Quarto Exército – sediado em Recife – um general dotado de habilidade diplomática, pois o Dom se mostrava capaz de fragilizar a imagem de um general por meio de um gesto leve, uma palavra inesperada. Lembro-me ainda do episódio do fósforo. Era numa daquelas cerimônias oficiais enfadonhas com discurso interminável. O general, sentado ao lado do Dom, inventa de fumar um cigarro, mas falta-lhe o fósforo. Prontamente, o Dom solicita à sua esquerda o dito instrumento. Acende-o e o oferece ao inimigo jurado, cuidadosamente, com muita cerimônia. Cena impagável. Há outras histórias com militares, de uma delas lembro-me vivamente. Foi nos primeiros dias da ‘revolução’, quando o temido coronel Ibiapina veio ao palácio dos Manguinhos (onde o bispo ainda morava) à procura de um estudante que estava escondido na residência do bispo. Esse

Nos primeiríssimos dias da 'revolução', o temido coronel Ibiapina veio ao palácio dos Manguinhos à procura de um estudante que estava escondido na residência do bispo. Esse só lhe disse uma frase: *Se a coisa virar, você também pode vir!*

só lhe disse uma frase: *Se a coisa virar, você também pode vir!* O coronel atrapalhou-se todo e saiu depressa.

As relações ficaram mais tensas em 1966, quando o general Muricy, católico convicto e amigo do Dom, lhe pediu de celebrar uma missa por ocasião do segundo aniversário da revolução. Com jeito, o bispo recusou-se e aí se instalou uma escaramuça entre ambos os poderes que duraria anos, sempre por ocasião da dita missa da revolução. O general rompeu com dom Hélder, mas o presidente da república, temeroso de criar um conflito entre igreja e estado, afastou-o de Recife. O Dom saiu fortalecido do episódio e transformou-se no pavor dos militares sediados em Recife.

Em 1966, na estação das chuvas abundantes, o rio Capibaribe transbordou e revelou a todos a falta de infraestrutura para as populações ribeirinhas numa cidade que, séculos antes, fora construída por comerciantes holandeses nas ribeiras de dois rios, ao nível do mar. Os holandeses fizeram aterros, os governos subsequentes não. Além disso, a cidade cresceria rapidamente. Entre 1950 e 1960, Recife aumentou sua população de 524 mil a 788 mil. Dom Hélder foi o mais rápido a responder ao desafio do momento por meio de duas respostas: a 'Operação Esperança' e o Conselho de Moradores. A primeira angariava donativos em material de construção e o encaminhava às paróquias, onde os

conselhos de moradores os distribuíam. A população dos bairros atingidos nunca esqueceu a reação concreta e rápida do bispo diante do problema.

O nome do Dom crescia no Brasil inteiro e, aos poucos, nas palavras de José Comblin, *Recife foi se tornando o refúgio e santuário desde onde se preparou a resistência e a luta da igreja contra o novo sistema (militar)*.² Duas únicas vozes nunca ficaram caladas e continuavam a ser ouvidas no país pela imprensa e pelo rádio: Alceu Amoroso Lima e dom Hélder. Temido pelos que detinham o poder, o bispo era no período militar uma força para muitos. Enquanto isso, cronistas como Nelson Rodrigues, que recebia amplo espaço para escrever suas Crônicas em *O Globo* do Rio de Janeiro, divulgavam incansavelmente a imagem de um dom Hélder demagogo, vaidoso, vazio por dentro, sem fé nem religião, hipócrita.

Em 1968, o Seminário regional do Nordeste, planejado pelo antecessor de dom Hélder para 'abastecer' toda a região em termos de sacerdotes católicos e pomposamente construído em Camaragibe, a uns dez quilômetros da capital, foi abandonado por decisão

dos próprios seminaristas. Eles preferiram ir morar no meio do povo em bairros periféricos da cidade de Olinda. No mesmo ano, o arcebispo criou habilmente o Instituto de Teologia de Recife (Iter), desvinculado do seminário, antecipando uma crítica da burocracia eclesiástica. Com seu prestígio em Roma, ele conseguiu que o Vaticano concordasse com essa e outras ousadias em termos de formação sacerdotal. O lema era: *Sacerdotes novos para um novo Nordeste*.

O clima era de entusiasmo e muitas pessoas começaram a comparar dom Hélder a Gandhi e a Martin Luther King, sobretudo depois do lançamento da 'Pressão Moral Libertadora' (1968), um movimento inspirado nas idéias de não-violência ativa de Gandhi e que, na sua inauguração, reunia um grande número de pessoas no pátio do colégio das Irmãs Dorotéias, apesar do forte aparato policial. Durante anos foram realizados sucessivos atos públicos promovidos pela 'Pressão Moral Libertadora', sempre em recintos privados (pátios de colégios católicos ou de igrejas), e sempre assistidos por muita gente disposta a enfrentar cordões de policiamento. Mas esse movimento, como alguns outros promovidos por dom Hélder, não tinha raízes na história do povo e não vingou. Uma coisa é certa: por onde aparecesse, dom Hélder roubava a cena. Pude presenciar como Chico Buarque ficou meio atordoado com os

Por onde aparecesse,
dom Hélder roubava a cena.
Chico Buarque ficou meio
atordoado com os aplausos
de dois longos minutos no
Ginásio de Esportes de
Recife, em plena época de
repressão militar, depois de
anunciar que o Dom estava na platéia

aplausos de dois longos minutos no Ginásio de Esportes de Recife, em plena época de repressão militar, depois de anunciar que o Dom estava na platéia.

Criou-se, na Semana Santa de 1969, outro movimento importante: o 'Encontro de Irmãos'. Ele foi uma das principais matrizes das Comunidades de Base no Brasil. Funcionou treze anos e cumpriu sua finalidade: formar monitores e animadores para pequenos grupos de evangelização atuantes nos bairros pobres da cidade. A fórmula era simples: as pessoas se reuniam para ouvir pela Rádio Olinda programas diários sobre a Bíblia. Depois discutiam entre si o que tinham entendido ou, simplesmente, falavam o que desejavam dizer em torno do programa radiosônico. A força desse movimento aparecia cada ano na festa de Pentecostes, quando, em média, dez mil pessoas caminhavam a noite toda em direção à igreja dos Guararapes.

No dia 27 de maio de 1969, aconteceu o fato mais traumatizante de todos esses anos: o assassinato, até hoje não devidamente esclarecido, do padre Antônio Henrique Pereira da Silva Neto. Nascido em 18 de outubro de 1940, em Recife, um dos primeiros sacerdotes a serem ordenados por dom Hélder (em 25 de dezembro de 1965), padre Henrique era coordenador da Pastoral da Juventude. Sua morte foi anunciada por meio de ameaças telefônicas, como aconteceu com outros colaboradores do bispo.³ Sus-

peita-se a ingerência da Agência americana de Inteligência (CIA) naquele crime, mas não se tem certeza, pois as autoridades brasileiras não procederam a uma investigação profunda sobre o que aconteceu naqueles 'anos de chumbo'. O impacto do assassinato do padre Henrique continua vivo, até hoje, em Recife.

A morte de um colaborador tão próximo fez com que dom Hélder fosse percebendo que não bastava fazer escaramuças com o poder militar. Chegara o tempo de se atacar de frente a violência instalada nas instituições do País, precisamente a tortura e o crime como métodos de intimidação e consolidação do poder militar. O momento propício chegou no ano seguinte, quando ele recebeu um convite de grupos cristãos, para falar, em Paris, sobre "A Responsabilidade da França diante da Revolução". A idéia era mostrar a atualidade dos ideais de "fraternidade, igualdade, liberdade", lançados por ocasião da Revolução Francesa de 1789.

Dom Hélder chegou a Paris no dia 25 de maio de 1970, pois sua conferência foi marcada para o dia seguinte. Os organizadores tinham alugado

uma sala com capacidade para mil e quinhentas pessoas, mas logo ficou claro que era preciso pensar num auditório bem maior. Naquele tempo, muitos exilados latino-americanos viviam em Paris e estavam desejosos de ouvir o bispo falar sobre a repressão política no Brasil. Reservou-se então o Palácio dos Esportes, com capacidade para dez mil pessoas. Percebendo a expectativa do público, o cardeal francês Marty convidou vinte e cinco pessoas para discutir com o Dom a conveniência de se mudar o tema da conferência e de se abordar diretamente um assunto explosivo: "A tortura e a criminalidade oficial no Brasil." De início, o Dom argumentou que ele nunca tinha falado do assunto fora do Brasil e que não era sua intenção negar a imagem de seu país, mas finalmente ele cedeu. Modificou às pressas o tema de sua conferência e lhe deu um título altamente significativo: "Quaisquer que sejam as Consequências". Diante do que acontecera com o padre Henrique e diante das constantes ameaças recebidas por ele e seus colaboradores, sabia perfeitamente que uma consequência da abordagem desse assunto *tabu* diante de uma platéia internacional poderia ser sua própria morte. Nos seus escritos do momento, não há dúvida disso. Mesmo assim, o bispo falou. O público, avaliado em vinte mil pessoas, aplaudia a cada momento, pois todos sentiam a importância do momento. Dom Hélder contou

A TV Globo interrompeu a novela "Irmãos Coragem" para deixar o repórter Amaral Neto demonstrar ao público do país inteiro, numa montagem fotográfica, como dom Hélder 'inventava' tortura no Brasil, confundindo-a com treinamento militar

então em detalhes dois casos de tortura que ele conhecia: o de Luís Medeiros de Oliveira, que se jogou de uma das janelas da prisão depois de ser torturado, e o de Tito de Alencar, irmão dominicano, que cortou os punhos depois de ser torturado pelo delegado Fleury (Tito acabaria se suicidando, mais tarde, na França).

Quando o bispo voltou ao Brasil, foi a tempestade. Os grandes meios de comunicação, *O Globo*, *TV Globo*, *O Jornal do Brasil*, *O Cruzeiro*, *O Estado de São Paulo*, a Cadeia Associada de TV, todos se uniram para encontrar substantivos e adjetivos adequados para qualificar o bispo de Recife. Intelectuais de renome como Gustavo Corção, Gilberto Freyre, Nélson Rodrigues, Daniel Nasser e Salomão Jorge se uniram à ladainha e não se conformaram em cantar com vozes menos fortes a execração do bispo vermelho de Recife. No dia 24 de agosto de 1970, a *TV Globo* interrompeu a novela "Irmãos Coragem" para deixar o repórter Amaral Neto demonstrar ao público do país inteiro, numa montagem fotográfica, como dom Hélder 'inventava' tortura no Brasil, confundindo-a com treinamento militar. E, em setembro do mesmo ano, exatos quatro meses após o episódio de Paris, apareceu o veredito definitivo: ninguém fala mais em dom Hélder, nem a favor nem contra. Dom Hélder morreu, dissipou-se, sumiu, não existe mais, senão para dar comida aos pobres.

Quando dou comida aos pobres, chamam-me de santo. Quando pergunto por que eles são pobres, chamam-me de comunista.

Acontece que dom Hélder continuou existindo. Mas antes que eu conte isso, tenho de relatar aqui algo que senti nele na época: ele sofreu mais da reação do Vaticano diante do sucesso de suas viagens ao exterior do que de toda a repressão montada pelo governo brasileiro. O bispo sempre se considerou amigo pessoal do papa Paulo VI, mas as mensagens que após 1970 lhe chegaram de Roma o deixaram no mais profundo abatimento. Qual, afinal, o verdadeiro rosto do papa? De repente, chegaram cartas de Roma, solicitando que o Dom descrevesse os mínimos detalhes de suas viagens e sempre pedisse licença ao bispo local para falar. O bispo percebeu com horror que, em Roma, era considerado 'rival' do papa, por causa do entusiasmo com que era recebido em toda parte. Foi-lhe também dado a entender que ninguém era qualificado para falar em nome da igreja, a não ser o Vaticano. Esse homem, psologicamente muito ligado à igreja, sofreu muito dessa desqualificação dissimulada. Ele con-

fidenciou: *Quando tenho a impressão que Roma não me entende ou não me apóia, sinto a terra faltar debaixo dos pés.* Por vezes uma carta de Roma chejava a provocar nele um mal-estar físico, a ponto de ser necessário chamar o médico. Dom Hélder descobriu tarde demais, ou talvez nunca descobriu, que ele entendia a igreja de outra maneira que os homens de Roma.

Se não estou enganado, nós, homens da igreja, deveríamos realizar dentro dela aquelas mudanças que exigimos da sociedade.

Para ele, igreja era simplesmente serviço ao mundo. O sonho de uma igreja aberta ao mundo o acompanhou até o fim. Ele não comprehendia, por exemplo, que o papa Paulo VI não desejasse de modo algum tomar posição a seu favor e preferisse, afinal de contas, o *status quo* a um posicionamento corajoso a favor de uma 'outra' igreja. Isso exigiria um enorme esforço com fundamentais questionamentos sobre dogmática, moral, leis eclesiásticas e sobretudo mentalidade clerical enraizada desde séculos. Quando, a partir de 1984, seu sucessor em Recife desmantelou aos poucos tudo o que ele tinha construído ao longo de vinte anos, dom Hélder ficou silencioso. Não questionou o afastamento de sacerdotes alinhados ao seu modo de trabalhar, nada disse acerca do fechamento do Iter, um episódio escandaloso. Para um homem que se tinha livrado do princípio absoluto da autori-



dade com a ajuda de Jacques Maritain (o humanismo integral); que aprendeu a entender melhor a relação entre economia e humanismo com o padre Lebret e a compreender que é o pobre, afinal, que vai libertar o pobre, com a ajuda de Paulo Freire; para um homem que em idade avançada procurou entender melhor o pensamento de Marx, esse silêncio pode parecer paradoxal. Mas dom Hélder era um sacerdote católico de seu tempo. Acima de todas as evidências em contrário, ele manteve até o fim uma imagem sublime e idílica da igreja.

Eu escrevi acima que, apesar das tempestades desencadeadas contra ele em 1970, dom Hélder continuava ‘existindo’. O ano 1973 foi particularmente significativo nesse sentido. Com o dinheiro recebido por ocasião da outorga de dois “Prêmios populares da Paz” (prêmios alternativos do Prêmio Nobel), uma em Oslo e outra em Frankfurt, além de outro dinheiro proveniente de suas viagens, ele comprou três engenhos de cana de açúcar

na zona da mata pernambucana e iniciou aí uma experiência de reforma agrária baseada na tradição indígena do mutirão. Ele quis, com isso, compartilhar a esperança dos pobres.

Não é aos pobres que cabe partilhar minha esperança: Antes, é a mim que cabe partilhar a deles.

No dia seis de maio de 1973 foi divulgado, em Recife, um documento intitulado “Eu ouvi os clamores de meu povo”, em nome de um grupo expressivo de dezoito assinantes, entre bispos e superiores religiosos do Nordeste: sete de Pernambuco, cinco do Maranhão, respectivamente um do Ceará, da Paraíba e de Sergipe, além do abade beneditino e do vice-provincial dos jesuítas na Bahia. O texto desenvolvia uma reflexão bíblico-sociológica acerca da pobreza nordestina e investia diretamente contra duas idéias caras à ‘revolução’: a ‘segurança nacional’ e o ‘milagre brasileiro’. A publicação desse documento em pleno período de ânimos exaltados era um ato de coragem. Diversos bispos e superiores religiosos experimentaram mais tarde as consequências de seu alinhamento público à ‘igreja da resistência’.

Em Recife, o resultado apareceu no segundo semestre do mesmo ano por meio de uma onda de seqüestros de colaboradores leigos do bispo. Antônio Bezerra e Antônio Vieira, ambos educadores ativos nos engenhos comprados pelo Dom, foram sumariamen-

te apanhados nas suas residências, interrogados sobre guerrilha, torturados e depois, sem mais nem menos, soltos. Nunca se abriu um processo formal contra eles. O mesmo aconteceu com João Francisco da Silva, educador dedicado ao “Encontro de Irmãos”.⁴ Ele foi interrogado sobre Ação Popular e armas pretensamente escondidas nas casas de líderes das comunidades de base. No dia 29 de agosto, era a vez de Severino Vicente da Silva, estudante em teologia no Iter, que ficou escondido nas dependências do próprio exército até o dia 28 de outubro, dentro do prazo de dois meses estipulado pelas ‘leis de exceção’ para que alguém fosse interrogado. Severino teve que responder a perguntas sobre a vida privada de dom Hélder (e se ele efetivamente carregava uma metralhadora em baixo da batina), igreja, teologia e socialismo. Perguntaram-lhe se os engenhos comprados pelo bispo treinavam guerrilheiros e escondiam armas. Com isso instalou-se entre a ‘igreja da resistência’ e o exército uma pesada guerra de nervos que perdurou até dezembro, quando, de repente, tudo voltou ao normal. Não se encontrou nada de consistente. Os autores desses empreendimentos sentiam-se tão seguros que simplesmente mandavam soltar as pessoas numa rua qualquer da cidade, sem qualquer explicação. Esses episódios nunca foram devidamente esclarecidos, até hoje não consta nada de oficial sobre esses seqüestros realizados

Foi enterrado sob a bandeira do movimento dos *Sem Terra*. Houve quem dissesse que isso não convinha, pois ele não atuava diretamente no movimento. Mas a idéia dos sem terra, sem teto, sem dinheiro e sem voz era a idéia central de quem acreditava que a igreja é voz dos sem voz, minoria abraâmica, sonho de um mundo melhor

em nome da própria nação. Nada sobre o envolvimento direto do exército nesse tipo de crimes. Até hoje não se contesta juridicamente a legitimidade das leis de exceção vigentes naquele período, e que permitiam tais abusos contra cidadãos brasileiros. Para dizer mais, quarenta anos após o golpe de 1964, a sociedade nacional não parece interessada em pagar o tributo da restituição moral que essas pessoas, injustamente prejudicadas em nome da instituição pública, merecem.

Os primeiros sinais de uma abertura ‘lenta e progressiva’ se fizeram sentir em 1977. Dom Helder pôde organizar com tranqüilidade a Comissão Justiça e Paz, que tratou de forma mais consistente da defesa dos presos. Pude perceber que o bispo estava mais relaxado. Em 1980, num dos mencionados cafés-da-manhã, ele me contou com entusiasmo que fora convidado a redigir o texto da *Sinfonia dos Dois Mundos*, composta por um sacerdote suíço. Ao redigir o texto, ele percebeu, a certa altura, que Deus estava indeciso se criaria o homem dotado de liberdade. Poderia dar no melhor ou no pior e, de qualquer modo, haveria muitos problemas. Foi o momento em que o Dom resolveu dar um conselho ao próprio Deus: *Créez, Seigneur!* (Pode criar, Senhor!).⁵ O que se pode imaginar de expressão maior de liberdade e criatividade do que dar conselhos ao próprio Deus? Eis dom Helder na sua identidade peculiar, na sua



originalidade inimitável. O mesmo na ‘Missa dos Quilombos’, em 1982, quando ele subiu ao palco e simplesmente dizia *Mariama!* (Maria dos negros). Os aplausos não terminavam na frente da igreja dos carmelitas em Recife e um frisson percorria a multidão. Dom Helder, realmente, era ímpar.

Após seu retiro, em 1984, a “irmã esclerose” (como ele dizia) tomou gradativamente conta dele. Foi desaparecendo aos poucos o querido bispo de Recife. Em 1999, ele foi enterrado sob a bandeira do movimento dos *Sem Terra* (MST). Houve quem dissesse que isso não convinha, pois ele não atuava diretamente no movimento. Mas a idéia dos sem-terra, sem-teto, sem-

dinheiro e sem-voz era a idéia central de um homem que escreveu: *A propriedade privada é o maior dogma para nossos bons cristãos*. Para ele, a igreja é voz dos sem-voz, minoria abraâmica, sonho de um mundo melhor. O homem que nem ganhou o Prêmio Nobel da Paz nem foi nomeado cardeal, entrou na história. Uma coisa parece certa: há um fio lógico que percorre essa vida, da infância à mais alta velhice. ■

NOTAS

1 Escreve José Oscar Beozzo: ‘Os quatro anos do Concílio Vaticano II (1962 a 1965) transformaram o relativamente pouco conhecido bispo auxiliar do Rio de Janeiro num dos personagens mais influentes na cena internacional da igreja católica’. Veja Beozzo, J-O, Dom Helder Câmara e o Concílio Vaticano II, em: Rocha, Z. (org.), Helder, o Dom., Vozes, Petrópolis, 1999, 103.

2 Comblin, J., Dom Helder e o novo Modelo episcopal do Vaticano II, em: Patrick, B., Dom Helder, Pastor e Profeta, Paulinas, São Paulo, 1988, 37.

3 Certa noite, na antiga residência dos bispos em Olinda, onde moravam os professores do Iter, atendi ao telefone e uma voz feminina disse: *Bala dura em pedra mole tanto bate até que fura*. Desligou-se abruptamente a comunicação. Nossa casa colonial era de pedra ‘mole’, retirada de recife olindense.

4 Uma primeira parte dos escritos de dom Helder Câmara será publicada proximamente, com lançamento previsto em Recife para agosto 2004.

5 A Sinfonia dos Dois Mundos foi redigida em francês e diversas vezes executada na Europa, nos Estados Unidos e no Canadá. Há uma foto em Zildo, op. cit. 76.

Eduardo Hoornaert, historiador e autor do livro ‘Hermas no Topo do Mundo’, Paulus, São Paulo, 2002.

Evangélicos e o golpe militar de 1964

Leonildo Silveira Campos

Haja, embora, nestas linhas, algumas menções à "memória subterrânea que pudesse corroer as versões oficiais" de periódicos evangélicos, o Autor desmascara e denuncia os apoios evangélicos à tortura, ao assassinato, ao exílio de tantos heróis-mártires dos quais os governos das décadas 1964 a 1979 "não eram dignos", segundo a Epístola aos Hebreus. Alguns jornais ditos evangélicos, vozes oficiais de igrejas protestantes, fremiam de frenesi à vista da possibilidade (alcançada por uns poucos) de se fazerem vassalos do poder em lugar dos romano-católicos. Memória dolorosa e cínica

Que posições os evangélicos assumiram diante do Golpe Militar de 1964? O que é possível concluir após análise da retórica e do discurso dos pastores, dos concílios, das revistas e dos jornais evangélicos, no período imediatamente anterior ou posterior à tomada do poder pelos militares há quarenta anos?

Este artigo pretende, não somente responder a essas duas indagações, mas também mostrar que, a despeito da diversidade de ramos do protestantismo brasileiro, há mais semelhanças entre eles do que diferenças quanto às posturas assumidas em relação ao regime militar. Mas, para um início de conversa queremos observar que o apoio latente ou manifesto dos evangélicos aos golpistas ainda é, no conjunto das análises de 1964, um tema muito pouco pesquisado. Mesmo a abertura do que restou sem ser destruído nos arquivos dos antigos órgãos ligados à repressão pouco ajudou no surgimento de novas pesquisas sobre um tema que continua pouco atraente para uns e digno de vergonha para outros. Isso nos propõe questões como esta: Seria estratégia dos que apoiaram entusiasticamente o regime militar não se defender ou deixar de esclarecer suas participações, jogando com a possibilidade do esquecimento?

Há também outras perguntas que nos inquietam: Por que não se constituiu entre os evangélicos uma memória subterrânea que, uma vez acionada, pudesse corroer as versões oficiais estampadas nos jornais sobre o apoio

dos evangélicos ao regime militar? Que tipo de evangélicos eram e a quem se deve esse silêncio? Seria a irrelevância das atitudes adesistas dos evangélicos, a dificuldade dos que detêm o poder eclesiástico em avaliar criticamente o passado ou a um desdobramento da indiferença que sempre acaba gerando o apoio, mesmo que os braços estejam cruzados e os lábios cerrados, como a repetir eternamente: "nada a declarar"?

Finalmente, devemos reconhecer ser correta a perspectiva de que a memória é sempre objeto de disputa e que o seu resgate serve para alguma coisa só quando ela pode ser arrebatada e colocada para iluminar o presente. Somente assim podemos compreender as implicações dos atos de violência que procuraram esmagar esperanças e utopias que guiaram a vida e a morte de centenas de brasileiros mortos sob tortura durante o tempo em que durou um regime apoiado pelos evangélicos.

Para que isso ocorra é preciso que façamos uma leitura cuidadosa do discurso elaborado pelos evangélicos daqueles tempos, averiguando como as palavras foram usadas para a legitimação do apoio ideológico ao golpe militar de 1964. Será preciso que valorizemos também os 'não-ditos' daquela retórica, até porque em um regime ditatorial o que não se fala muitas vezes é mais importante. O que equivale a afirmar que as outras falas se mostram mais fortes que o discurso competente. Porem, ironicamente, faz parte da lógica

Por que não se constituiu entre os evangélicos uma memória subterrânea que, uma vez acionada, pudesse corroer as versões oficiais estampadas nos jornais sobre o apoio dos evangélicos ao regime militar? Que tipo de evangélicos eram e a quem se deve esse silêncio?

do poder eclesiástico que tanto o agir e o falar, como também a prática do silêncio e o resgate da memória, podem se transformar em novos discursos, os quais como integrantes de uma nova reformulação dos mecanismos de poder acabam se constituindo parte integrante de novas ortodoxias e ortopráxis.

AS ORIGENS DA DISPOSIÇÃO EVANGÉLICA DE ADESÃO AO REGIME MILITAR

Um primeiro ponto importante a ser assinalado é que as atitudes dos evangélicos oriundos das missões do século XIX, antes, durante e depois do Golpe de 1964, devem ser buscadas nas décadas anteriores ou até, para sermos mais amplos na abordagem, nos tempos de Calvino ou Lutero. Nessa busca poderíamos retroagir ao mundo neotestamentário, quando se constituíram duas posições distintas diante de Roma: uma, favorável e a outra, radicalmente oposta. Esta última considerava o poder imperial romano como a "besta" diabólica.

Desde então, os cristãos convivem tanto com uma atitude de apoio a um regime político que garanta a liberdade da denúncia profética, como com outras formas de governo que exijam uma obediência sem quaisquer críticas. Relembreamos aqui uma expres-

são de C.P. Snow retomada por Stanley Milgram ao descrever sua célebre experiência de psicologia social enfocando o dilema da obediência à autoridade: *Ao se pensar na longa e obscura história do homem, descobre-se que foram cometidos mais crimes hediondos em nome da obediência do que jamais foram cometidos em nome da rebeldia.*²

Pois bem, pressupomos que foi a obediência às autoridades tidas como "bem intencionadas" que levou os evangélicos brasileiros a estigmatizarem a desobediência política, eclesiológica ou teológica, com muito mais força a partir do golpe militar de 1964, resultando daí uma postura de louvação pura e simples da obediência a qualquer preço aos regimes políticos, independente de seu compromisso com os direitos humanos ou não. Houve, entretanto, entre os evangélicos brasileiros, especialmente durante a fase em que se aspirou pela modernização, como em qualquer outro grupo social, visões opostas a respeito da abolição da escravatura, da pregação republicana, das propostas positivistas, da maçonaria ou até mesmo das outras propostas não-católicas de reformulação de nossa sociedade. Para todos esses grupos, a Igreja Católica Romana era a verdadeira causadora de todos os males que infestavam o Brasil da segunda metade do século XIX.

Foi nesse contexto que o protestantismo desenvolveu mentalidade e práticas autoritárias, que foram mantidas encobertas por um discurso democrático e liberal. Porém, foi naqueles anos, durante crises nas relações entre religião e sociedade, que os líderes evangélicos decidiram apoiar ou simplesmente cruzar os braços diante da violência desencadeada pelo regime instituído pelo Golpe de 1964. Nin-

guém melhor que Rubem Alves conseguiu dissecar as entradas de onde emergiu a lógica do discurso de um tipo especial mas mediado de protestantismo, o da "reta doutrina", há mais de 25 anos, em seu sempre instigante livro *Protestantismo e repressão*.³

No delinear desses fios que emergem e ligam o discurso à prática autoritária encontramos as ligações do mundo evangélico com o passado. Os introdutores do protestantismo eram missionários norte-americanos vindos de uma sociedade ainda em luta com indígenas no velho Oeste, com os escravistas do Sul ou com os liberais do Norte. Muitos deles haviam jurado desvincilar a pregação protestante das lutas políticas, possivelmente por causa dos problemas ligados à Guerra da Secessão ou então por medo de não serem bem aceitos pelos governantes nos países em que estavam atuando. De qualquer forma, esses missionários procuravam pregar a salvação individual e da alma, dentro de uma perspectiva pietista e puritana. Antônio Gouvêa Mendonça⁴ considera ser o principal eixo teológico daquela pregação uma "teologia cansada de guerra", que, voltada para a Canaã celestial, produziria tão-somente a fuga das lutas sociais e políticas. Essas tendências de fuga e negação da inserção sociopolítica foram reforçadas ainda mais, após 1910, com a chegada do pentecostalismo ao Brasil.

É claro que tais explicações nos apontam muito mais para as causas da aparente omissão política dos evangélicos, sem explicar como se deu o envolvimento deles com posturas ativistas no campo político-partidário nos anos posteriores à revolução de 1930. Aliás, aquela década foi um período muito propício para os evangélicos ensaiarem uma participação mais aberta ao lado desta ou daquela ideologia

política. Afinal de contas, em uma só década ocorreu a revolução que levou Vargas ao poder, a revolução paulista de 1932, a mobilização dos radicais de esquerda na intentona de 1935 ou a tentativa de golpe dos de direita por ocasião do contragolpe de Vargas em 1937, instalando no País o Estado Novo, um regime autoritário no estilo de Mussolini da Itália.

Data dessa época, talvez devido à identificação do protestantismo de missão com um certo tipo de classe média e com o proletariado urbano, um posicionamento mais claro dos jornais evangélicos quanto à situação política no País. Sobre isto basta analisar os jornais *O Puritano*, *O Estandarte*, *Expositor Cristão*, (respectivamente: *Igreja Presbiteriana*, *Presbiteriana independente*, *Metodistas*). Desde então, o protestantismo assumiu com fervor os ideais políticos norte-americanos, assim como o anticomunismo,

uma bandeira levada adiante com a adesão ao fundamentalismo e ao conservadorismo típicos da Guerra Fria do final dos anos 1940.

Na década de 1950, a sociedade brasileira foi se tornando mais complexa, e surgiram assim novos atores políticos, pastores e leigos permeáveis a uma nova visão social. Estimulados pelo movimento ecumênico e pela teologia protestante européia e norte-americana, divulgada entre outros por Richard Shaull nos meios presbiterianos e estudantis de São Paulo, eles passaram a entender o mundo político como uma esfera a ser penetrada pelas igrejas evangélicas. Enquanto isso, no meio pentecostal, começava o crescimento explosivo do pentecostalismo da cura divina, potencializado nos anos 1970 com o neopentecostalismo.

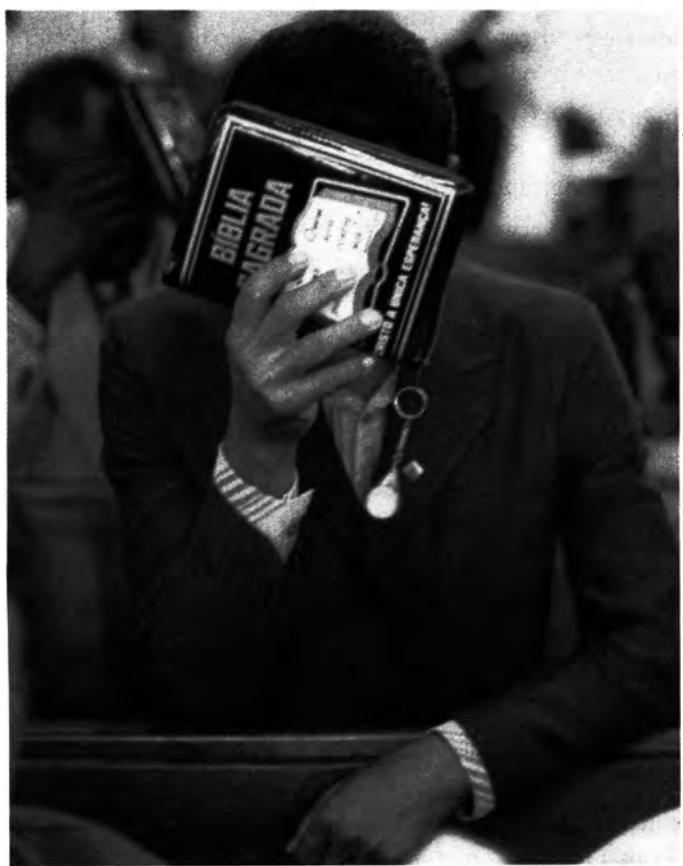
No interior das igrejas do protestantismo histórico, porém a juventude

Para todos esses grupos, a Igreja Católica Romana era a verdadeira causadora de todos os males que infestavam o Brasil da segunda metade do século XIX

começava a inovar, exigindo maior participação na produção simbólica das igrejas, principalmente na realização de congressos, simpósios e movimentos de massa, com os quais se pensava poder conscientizar as igrejas para uma ação social mais concreta na sociedade brasileira. Essa irrupção do novo explicaria a mobilização dos conservadores, antiecuménicos e portadores do poder burocrático nas igrejas, geralmente mais idosos, o que lhes proporcionou identificação com os ideais dos golpistas de 1964 e de sua ideologia motivadora centrada na idéia da “segurança nacional”.⁵

Os anos anteriores ao Golpe de 1964 foram, por tudo isso, anos de intensificação das tensões ideológicas tanto na sociedade brasileira mais ampla, como no campo religioso. Pois, enquanto as classes operária e campesina avançavam em suas reivindicações, a direita, temerosa de perder um poder que na realidade nunca os abandonou, empregava todos os meios possíveis, mesmo com financiamento interno do empresariado e externo das centrais sindicais norte-americanas ligadas à Agência Central de Inteligência, desencadeando uma agressiva propaganda “democrática”, a qual fez das igrejas evangélicas tanto um espaço simpático de propagação como de recrutamento de formadores de opinião para multiplicar o medo ao comunismo.

Desencadeada a onda anti-revolucionária, que se cristalizou no Golpe de 1964, as primeiras vítimas do campo



Toniho Muricy

protestante começaram a cair, atingindo em primeiro lugar a sua juventude, então divulgadora de projetos de ação e de inserção social baseados em uma nova forma de se pensar as relações entre Igreja e Sociedade: a teologia da revolução e uma ação mais revolucionária, que posteriormente desembocaria na teologia da libertação dos anos de 1970 a 1980.

Entre outros personagens desse período podemos citar Paulo Stuart Wright (1933-1973), presbiteriano, deputado estadual eleito pelos pescadores catarinenses, expulso da Igreja de Florianópolis (Presbiteriana do Brasil) onde era presbítero e cassado por determinação dos militares, caiu na clandestinidade, e foi morto sob tortura em São Paulo, nove anos depois. Wright, motivou a ação de seu irmão o reverendo Jaime Wright, que participou de todo o trabalho do Projeto Brasil Nunca Mais, ao lado do cardeal Paulo Evaristo Arns. O desaparecimento do presbítero acabou fazendo de Paulo Wright um ícone daquela sacrificada geração de idealistas no meio evangélico, pois levou até o extremo a sua identificação com os pobres.⁶ Até o final do regime militar, sob o impacto do movimento ecumênico mundial e da teologia da libertação, os evangélicos da diáspora, membros da ‘tribo ecumônica’ mantiveram viva a bandeira da oposição entre e à margem das igrejas evangélicas brasileiras, por meio do antigo CEI, depois Cedi e hoje Koinonia.

No entanto foi exatamente aquela geração de jovens que participou das primeiras tentativas de levar os evangélicos a novos caminhos, numa ação dentro da Confederação Evangélica do Brasil e de seu Setor de Igreja e Sociedade, a despeito dos conservadores articulados ao redor de seu secretário executivo, Rodolfo Anders.⁷ Ficaram

célebres tanto a Conferência do Nordeste (1962) como o uso de estratégias pedagógicas de se tentar despertar a consciência política e social das igrejas-membros por meio de revistas de catequese ou então de seminários realizados em vários pontos do País.

Essas tensões internas do campo protestante se tornaram mais radicais nos meses que antecederam ao Golpe. Naqueles tempos não faltavam nos jornais evangélicos artigos contra o comunismo e uma retórica que expressava o medo da comunização do País e o “fim da liberdade de se pregar o evangelho”. Daí o efeito catalizador da mobilização convocada pelo líder batista carismático, pastor Eneás Tognini, para a realização no dia 15 de novembro de 1963, em milhares de templos evangélicos, de um “dia nacional de oração e jejum” para que “Deus salvasse o Brasil do perigo comunista”. Como consequência do Golpe, em 21 de abril de 1964, uma nova convocação, reuniu evangélicos para agradecer a Deus por ter ouvido as orações de seu povo, libertando o Brasil do perigo comunista. Essa teologia tomou conta de uma grande parte dos evangélicos brasileiros durante o regime militar: Deus se tornou, não só o brasileiro, mas um anticomunista muito simpático ao movimento golpista.

Um exemplo do entusiasmo com que a liderança protestante se pôs à luta ideológica da direita pode ser percebido neste fato: Em 18 de janeiro de 1964, a Primeira Igreja Presbiteriana Independente de São Paulo tornou pública uma moção anticomunista, na qual se acusava o Seminário Teológico de São Paulo, de ser “um foco de influência marxista”⁸. Tratava-se de um documento de luta ideológica em que se denunciava que a “malfada da ideologia do materialismo histórico”

ameaçava “alcançar (...) as próprias igrejas evangélicas e a Faculdade de Teologia”. Para que isso não ocorresse pediam os seus signatários que medidas enérgicas fossem tomadas para “o fim altamente cristão de imunizar a nossa Escola de Profetas contra a contaminação do veneno satânico da tremenda doutrina Marxista”.

Isso, contudo, ocorria entre presbiterianos, independentes ou não, metodistas, luteranos e outros grupos protestantes no Brasil. A repressão aos movimentos jovens organizados das igrejas em federações e confederações de mocidade, se completou com o fechamento e expulsão de alunos dos seminários teológicos nos anos seguintes: Campinas e Seminário Centenário, da Igreja Presbiteriana, em 1967; Metodista e Presbiteriano Independente, em 1968.

O GOLPE DE 1964 E O APOIO DOS EVANGÉLICOS

Antes do golpe houve então um envolvimento dos evangélicos ideologicamente com o preparo do mesmo golpe. Porém, o apoio consciente dos evangélicos aos militares golpistas de 1964 se traduziu formalmente no envio de um telegrama endereçado ao “Exmo. Sr. Mal. Humberto de Alencar Castelo Branco” no qual os redatores não esconderam o alívio pelo afastamento do “perigo comunista” e a satisfação pelo Golpe, expressando nele a esperança na ação dos militares golpistas na condução dos destinos da pátria.⁹

Digníssimo Presidente da República. A Confederação Evangélica do Brasil entidade representação pública e ação conjunta Igrejas Evangélicas sauda Vossa Excelência motivo posse alto cargo primeiro magistrado nação vg formulando votos a Deus contínua assistência divina ao Governo de Vossa

Tensões internas do campo protestante se tornaram mais radicais nos meses que antecederam ao Golpe. Daí o efeito catalizador da mobilização convocada pelo líder batista carismático, pastor Eneás Tognini, para a realização de um "dia nacional de oração e jejum" para que "Deus salvasse o Brasil do perigo comunista". Como consequência do Golpe, em 21 de abril de 1964, uma nova convocação, reuniu evangélicos para agradecer a Deus por ter ouvido as orações de seu povo, libertando o Brasil do perigo comunista



Excelência vg iluminando caminho reconstrução cristã democrática nossa pátria vg assegurando direitos do homem vg promovendo justiça social e bem-estar povo vg defendendo soberania nacional vg cristianizando desenvolvimento sociedade brasileira vg conduzindo Pátria alto destino certo nações livres vg sentido em que Vossa Excelência terá constante apoio moral e leal cooperação cristãos evangélicos. a) Amantino Adorno Vassão,

presidente; Rodolfo Anders, secretaria- geral.

Um outro exemplo pode ser encontrado em *O Estandarte*, publicação oficial dos presbiterianos independentes (IPI), que logo após o golpe registrava:¹⁰

O país tem um novo presidente porque foi atingido por um movimento revolucionário de grandes proporções e que tem implicações muito profundas [pois] o antigo presidente da República não estava conduzindo-se com austeridade, mas ameaçava levar o país a rumos perigosos (...) os grupos democráticos da oposição, contando com o apoio das Forças Armadas, provocaram mudanças radicais (...) posteriormente o Alto Comando Revolucionário, assumindo a liderança definitiva da situação, deu a conhecer o Ato Institucional [AI-1]... sendo certo que sua vigência será justificada até que se eliminem as causas que motivaram a revolução, isto é, o comunismo e a corrupção. Temos justos motivos para aplaudir a ação revolucionária, acrescentando que veio em muito boa hora (...) daí representar a cassação de mandatos e direitos políticos de comunistas e corruptos medida saneadora de grande alcance (...) a luta contra o comunismo e contra a corrupção é imperiosa e deve realizar-se implacavelmente (...) nesta altura podemos afirmar que há governo nesta terra. Temos um homem de autoridade e austeridade para dirigir o leme do grande barco. Confiamos em sua ação administrativa e em seus propósitos moralizadores. Sobretudo oremos: Deus guarde o Presidente. Deus salve a pátria.

Em meios luteranos houve quem comentando um processo aberto pelos militares contra padres "comunistas" usasse palavras nas quais se tentava atribuir à Igreja Católica até mesmo o cenário político existente no País.¹¹

Esta notícia [processo contra padres] revela infiltração do comunismo entre as fileiras clericais no Brasil. As investigações do atual governo descobriram tramas surpreendentes da ação vermelha no País. Em tempo livre o Brasil da desgraça vermelha. Ainda bem que não respeita nem mesmo as portas das casas religiosas. Oremos muito pelo nosso país e pelas nossas autoridades para que Deus lhes conceda clarividência e determinação no seu propósito de livrar a nossa pátria da derrocada total.

Assim, segundo os evangélicos, de acordo com versão de *O Estandarte* o que teria provocado o fim do governo Goulart, teria sido a "sua omissão" diante dos comunistas, que (sic) "aboleavam-se no poder e preparavam-se para, através de um golpe, dominar o país." Mas, como que demonstrando uma certa ambigüidade, que por trás dessa palavra 'golpista' havia, se fazia presente o velho liberalismo protestante: *Governa agora o Marechal Humberto Castelo Branco, e a nossa posição de Evangélicos, que respeitamos as autoridades constituidas, não pode ser, com referência aos perdedores a de ódio e da vingança (...). O comunismo é inimigo do Evangelho, por certo. Mas os cristãos amam os inimigos e pregam a Cristo.*¹² Nenhuma palavra sobre o desprezo, tortura e até morte de alguns comunistas que estavam sendo colocados em prática pelos golpistas.

O APOIO DOS EVANGÉLICOS DURANTE OS GOVERNOS MILITARES

Foi contudo, após 1969, já no governo Médici, que os evangélicos passaram a apoiar com maior desenvoltura o regime militar. Isso se tornou mais freqüente na medida em que muitos evangélicos, funcionários públicos de

carreira, políticos de origem populista, foram cooptados pelo governo militar para fazer parte de seus quadros funcionais ou de alguma equipe que lhes oferecia apoio. Para muitos deles, tornar-se empregado da burocracia era um grande objetivo, e a obediência era encarada como uma virtude evangelical. Naqueles anos, alguns governadores de origem evangélica foram escolhidos pelos militares para o governo de estados, como por exemplo, gente da família Gueiros, Jeremias Fontes ou até mesmo o presidente Geisel.

No âmbito da repressão houve engajamento de evangélicos diretamente nas atividades repressivas dos DOI-CODIs, DOPS ou Polícia Federal, locais ou nacional. Muitos outros, apesar do envolvimento indireto com os militares, alavancaram as suas carreiras no funcionalismo público, louvando os poderosos ou delatando os seus irmãos de fé. Conhecemos um deles, oficial do exército, pregador batista (seria pastor?) participava de equipes de torturas na Operação Bandeirantes, em São Paulo, mas durante o dia levava bíblias e folhetos para os presos que haviam sido torturados na noite anterior.

Na propaganda do regime, um dos esteios do Estado militar em São Paulo era um pastor presbiteriano independente, que foi o chefe da Assessoria Especial da Presidência da República. Um outro, líder leigo, chefiava todo o setor de segurança do Segundo Exército, órgão responsável diretamente pela coleta e análise de informações sobre a "subversão comunista" em todo território paulista. Nos bastidores, pastores denunciavam ovelhas e as entregavam nas mãos das autoridades. Outros, como convidados, participavam dos cursos de treinamento da liderança civil do país oferecidos pela Escola Superior de Guerra, os famosos cursos da Associação dos

Diplomados da Escola Superior de Guerra (Adesg).

No meio educacional, pastores e leigos protestantes recebiam do governo o sinal verde, que era o "atestado de antecedentes político-social" passado pelo DOPS, necessário para se ministrarem aulas de Educação Moral e Cívica ou Estudos de Problemas Brasileiros nas escolas do País, tanto no segundo como no terceiro graus.

Os evangélicos de diversas denominações assumiram que participavam dos "objetivos nacionais permanentes" e o lugar deles na manutenção da segurança nacional, tal como se esperava do "poder psicossocial" que era dado na ideologia da segurança nacional às instituições religiosas. Alguns trechos tirados de *O Estandarte* apontam para a importância da exegese tradicional de textos bíblicos que então se fazia, ressaltando-se nelas expressões atribuídas a círculos paulinos do primeiro século da Era Cristã:

Porque os magistrados não são para o temor quando se faz o bem, e, sim, quando se faz o mal. Queres tu não temer a autoridade? Faze o bem, e terás o louvor dela; visto que a autoridade é Ministro de Deus para o teu bem. Entretanto, se fizeres o mal, teme; porque não é sem motivo que ela traz a espada (Carta aos Romanos 3.3-4).

No primeiro aniversário do governo Médici *O Estandarte* registrou ecos da retórica ditatorial oriundos do discurso do Presidente.

O solene pronunciamento do Presidente da República (...) tem um sentido eminentemente cristão, e deve ser recebido por todos os brasileiros como valioso endosso a todas as atividades e aspirações dos que crêem no reerguimento material, moral e espiritual de uma grande nação que foi fundada sob as insígnias da Cruz de Cristo. A espada do rei, no dizer do Apóstolo

São Paulo, só pode intimidar os prevaricadores, os que tramam conspirações e os que maquinam maldades. Se grande é a responsabilidade do Chefe da Nação no desempenho de sua árdua missão, de mais tremenda responsabilidade é a missão da Igreja, aquela de preparar homens de comprovada idoneidade moral e espiritual, à prova de todas as investidas da corrupção no acesso e desempenho de funções a cargos na administração do Estado.

A seguir *O Estandarte*, talvez em uma censura velada à Igreja Católica, que àquela altura já estava na oposição ao regime militar afirmava:¹³

Aberra desastradamente de suas preceituas funções espirituais a Igreja que busca substituir a CRUZ pela ESPADA



Foi no governo Médici, que os evangélicos passaram a apoiar com maior desenvoltura o regime militar. Isso se tornou mais freqüente na medida em que muitos foram cooptados pelo governo militar para fazer parte de seus quadros funcionais. Para muitos tornar-se empregado da burocracia era um grande objetivo, e a obediência era encarada como uma virtude evangelical

e entra nas competições políticas pretendendo dar ao Estado lições de cívismo e de justiça social. (...). A espada, pois, na mão do Chefe da Nação e o Temor de Deus no coração dos brasileiros deve ser o emblema do selo que há de confirmar em bases inabaláveis a VERDADEIRA LEI DE SEGURANÇA NACIONAL, em nossa pátria.

Às vezes o discurso dos evangélicos pairava entre uma censura velada a respeito de coisas menores, mas, rapidamente passava a ressaltar as boas intenções do regime militar:¹⁴

Há uma vibração que sacudiu o Brasil (...) a seleção brasileira venceu a Copa do Mundo (...). O amor ao futebol é legítimo e justo, é inato no coração dos brasileiros (...) Porém, lamentamos como o governo da nação, a quem muito respeitamos e admiramos, tomou a iniciativa de legalizar a loteria esportiva, este mesmo governo que vem lutando com todas as armas para destruir a força da subversão. Damos graças a Deus pelos resultados positivos já alcançados, mas não concordamos, em hipótese alguma, com o jogo aberto e desenfreado que se estabeleceu no país, com a prática da loteria esportiva. (...). Repetimos: admiramos o governo da revolução pela ordem que impôs ao País, pelos benefícios que as medidas governamentais vêm oferecendo a todos nós. É a disciplina em todos os setores criando a ordem e possibilitando o alcance do progresso. (...) Neste governo, que vem de março de 1964, o lema de nossa bandeira Nacional, "Ordem e progresso" já é uma realidade. (...) Hoje, no tabuleiro das negociações, não se pede esmolas, mas somos tratados como iguais aos grandes. Hoje, a justiça nas decisões é direito que pertence ao Brasil. Por quê? O governo se impôs pelas medidas, leis que executou na direção da vida nacional. O

esforço do governo da revolução foi considerado honesto e justo, a corrupção e os oportunistas foram expulsos da vida pública, tendo seus direitos cassados e o Brasil encontrado o seu caminho.

A retórica protestante incorporava o que se dizia na propaganda oficial, deixando de lado a tradição evangélica do falar nos direitos humanos e da contradição de se torturar e matar para defender a "civilização cristã" e a democracia ocidental. Assim, seguindo a linha de argumentação da ditadura o jornal dos presbiterianos independentes perguntava: *O que a IPI pode oferecer à Pátria nestes dias históricos de sua vida?*? A resposta também seguindo a mesma lógica ressaltava a ideologia do Estado disciplinado e disciplinador:¹⁵

Damos parabéns às autoridades que nos governam. Hipotecamos irrestrita solidariedade a tal movimento e sugerimos, faça a denominação, por todos os meios ao seu alcance, intenso movimento neste sentido. Isto porque, nós somos 'de Jesus Cristo' somos os mais autênticos patriotas (...) orando a Deus em favor da pátria, como a igreja faz semanalmente, empolgados pelo excelente trabalho que busca o patriotismo sadio (...) É ordeiro na sua maneira de ver, sempre respeitando as autoridades que o governam, é livre, ordeiro e obediente, sem, contudo, perder a sua qualidade de ser livre (...) Esta é a missão da IPI em terras do Brasil. Cumprindo a sua missão, estará colaborando com as supremas autoridades, na ação contra o terror, contra as injustiças que marcam com terrível estigma, a história na passagem dos séculos (...) nesta semana da pátria, nos unimos aos poderes constituídos da nação.

O anticomunismo apareceu de uma forma transparente e límpida naquele

mesmo jornal e edição,¹⁶ retomando o mito do "inimigo interno" que deveria ser combatido, ao reafirmar as virtudes de um regime "político livre" como o brasileiro.

É preferível, ganhar o pão, com sacrifício, num regime livre, do que (sic) ganhá-lo fácil num regime escravo. Não cremos na propaganda intensa que o comunismo faz (...) porque toda a sua filosofia se baseia num fato comesinho: escraviza a consciência humana (...) usa de todos os métodos ilícitos, terror, morte e violência de toda espécie, no maior atentado da história, aos direitos da pessoa humana. O uso do terror e a força bruta, tão comuns nos que defendem esta ideologia, produzem o caos, a desordem e semeiam a morte, a miséria por toda a parte (...) Em nossa pátria, infelizmente, há pessoas que insistem e tentam levar o Brasil para a tutela desse nefando regime de escravos. Foram aprender fora da pátria, os métodos do terror, de destruição e agora matam, roubam bens e pessoas, tentando jogar por terra as instituições, criando a desordem, para daí tirarem o proveito próprio e estabelecerem no país o regime escravo. A IPI, através de seus concílios, maiores e menores, já se manifestou contra todas as formas de opressão, venham elas de onde vierem (...). Não pode e nem deve haver conciliação entre a fé evangélica e cristã bíblica (...) e a doutrina, terrivelmente diabólica do comunismo ateu (...) os países livres se vêm forçados a enfrentar, também com a violência, os ataques traiçoeiros dessa malfadada filosofia comunista (...). No Brasil, dada a natureza pacífica do povo, não há lugar para as ideologias do terror e aqui esse terror não há de medrar. (...) Comunismo é escravidão (...) é a inversão dos valores, destruindo o que de mais sagrado existe no coração...

Por outro lado, grandes feitos da engenharia, financiados graças ao aumento da dívida externa e do excesso de dólares no mercado internacional, usados para construir obras faraônicas foram usados pelo mesmo jornal para falar sobre os sucessos do governo militar.¹⁷

Transamazônica — inspirador desafio ao espírito missionário da IPI do Brasil. A nação inteira se empolga com esta realização marcante do Governo Federal (...) as notícias que chegam, por todos os meios de divulgação, são alvíssareiras e criam alma nova na geração de agora (...). A Igreja deve acompanhar com atenção, este e outros tantos trabalhos que se efetuam agora, buscando tirar o país do subdesenvolvimento. É nosso dever, e ao mesmo tempo grande privilégio, orar, suplicar a Deus que facilite tão importantes realizações de homens de boa vontade. Realizando em favor da pátria e do povo, estará a autoridade dando um tiro mortal nos que, menos avisados e atingidos por ideologias estranhas e materializantes, se vão filiando às hostes do terrorismo. A nossa denominação deve (...) participar desta hora histórica do Brasil, colocando-se à altura de sua missão evangelizadora (...) fazer isto, é dar condições de continuidade e solidez a todo o progresso que se verifica por toda a parte, com ação de um grupo que, assumindo o poder, se propõe a combater o materialismo dissolvente do comunismo ateu (...) haverá por certo erros e talvez injustiças. Isto é, até certo ponto, natural naqueles que buscam realizar alguma coisa.

Percebe-se que o discurso evangélico, especialmente da IPI daquele período, estava colado ao ufanismo que se divulgava na propaganda do regime militar que bem se expressou no slogan “Brasil, ame-o ou deixe-o”.

Essa reprodução pura e simples do discurso da ditadura acontecia porque o mesmo Assessor Especial da Presidência da República em São Paulo era pastor do principal templo daquela denominação e um dos diretores do jornal oficial da IPI. Por isso, os editorialistas ofereciam tão abertamente colaboração e legitimização ao regime, considerando-o um “governo honesto”, “cheio de boas intenções”, “formado por homens de boa vontade”, que “transformavam os sonhos do povo em realidade”, não obstante as “forças diabólicas” que ainda agiam no país na forma de “terrorismo e subversão”.¹⁸

No natal de 1970, o coral da IPI Central de Brasília foi recebido por Médici no Palácio do Alvorada, onde cantaram músicas natalinas, o pastor fez uma “oração intercessória, em favor da Pátria, do Presidente Médici e de toda a sua equipe de Governo.”¹⁹ Segundo o mesmo jornal, de uma outra data, *foram cantados vários hinos, num clima de profunda reverência e sob os aplausos do Presidente e sua exma. Senhora (...)* findos os cânticos o pastor fez a oração, agradecendo o Natal de Jesus, a oportunidade de que nos deu de chegarmos à presença do supremo magistrado da nossa Pátria, o clima de liberdade religiosa em que vivemos, a paz e a ordem reinantes no País e no Governo que temos, e suplicando pela segurança pessoal de S. Excia. e as bênçãos de Deus sobre todo o seu governo.

A matéria informou que Médici cumpriu pessoalmente a todos, dando autógrafos a quem pedia, ressaltando a importância dos problemas espirituais na vida de qualquer povo e de sua alegria de chegar o fim do ano com o seu Ministério coeso, sem qualquer divergência. Segundo o articulista: *tudo isso nos encantou e nos deu a dimensão do espírito altamente demo-*

Os evangélicos acreditavam ter tomado partido ao lado de Deus contra o diabo. Nos seus jornais e revistas os endereços das entidades supremas eram bem conhecidos: Deus morava em Washington e o diabo, sem sombra de dúvida, residia em Moscou, mas de vez em quando visitava Havana



*crático do grande Presidente que está dirigindo os destinos da nossa querida Pátria (os itálicos são nossos).*²⁰

Podemos perceber, como no caso do governo Médici, que o discurso eclesiástico e a visão política de agentes religiosos de uma igreja pertencente ao protestantismo histórico, a despeito de sua reprodução quase mecânica, pode ser tomado como um modelo de discurso de adesão ideológica e vem confirmar a observação de Otto Maduro²¹ de que uma “eventual contribuição do clero à estratégia hegemônica dos dominantes” teria por objetivo “produzir um discurso religioso que – mesmo no caso de responsabilizar os dominantes por certos ‘abusos’ – reconheça somente às classes dominantes a capacidade e autoridade para corrigir os ‘aspectos negativos’ da dominação”. Nesse caso articulava-se também uma outra estratégia clerical a de produzir um “discurso religioso que convide

explicitamente a aceitar e/ou defender a ordem social, econômica, política, jurídica e/ou cultural imperante.”

Nos anos Geisel tomaram corpo as discussões sobre a distensão do governo autoritário, que deveria resultar em uma democracia possível. No entanto, durante a presidência desse general de tradição luterana, foi cassado o deputado presbiteriano Lysaneas Maciel, ainda perduravam denúncias de maus tratos a presos, de falta de liberdade para o Congresso, do assassinato de presos como do jornalista Vladimir Herzog, enquanto a reivindicação pela anistia começava a ganhar as ruas. Mesmo assim, com exceção das publicações ecumênicas do Cedi, particularmente desta revista *Tempo e Presença*, pouquíssimos órgãos protestantes embora não ecumênicos se manifestaram pela “anistia ampla, completa e irrestrita”. Somente do meio para o fim do governo Figueiredo é que os jornais evangélicos foram deixando de lado a defesa dos ideais dos golpistas de 1964, passando a articular o desejo de que o País fosse redemocratizado.

Em janeiro de 1984, o Supremo Concílio da IPI redigia e enviava à Presidência da República uma moção exigindo “diretas já”. Também, essa Igreja, desde 1982, em uma histórica eleição, graças a uma articulação de forças de uma nova juventude que se formara em seu corpo pastoral, conseguia eleger uma diretoria descomprometida com o autoritarismo anterior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma análise do discurso dos evangélicos durante o período militar nos permite uma percepção do quanto a produção e a circulação do discurso religioso e das práticas inquisitoriais nas igrejas protestantes de classe média e dos valores ideológicos foram operacionalizados pela ditadura militar

brasileira. Fica claro também o entrosamento então existente entre a retórica protestante, os receptores dessa mensagem e os clérigos que as produziram.

Assim, aquela situação política fez predominar nos meios evangélicos brasileiros o pressuposto de que o regime militar era naquele momento a melhor alternativa para um país visto como um espaço político ameaçado pelo poderio militar da União Soviética ou de Cuba. O Brasil e os evangélicos participavam de uma guerra entre a “civilização cristã” de um lado e as forças destruidoras do “comunismo materialista e ateu” de outro lado.

Os evangélicos acreditavam ter tomado partido ao lado de Deus contra o diabo. Nos seus jornais e revistas os endereços das entidades supremas eram bem conhecidos: Deus morava em Washington e o diabo, sem sombra de dúvida, residia em Moscou, mas de vez em quando visitava Havana. Por isso mesmo, os evangélicos deveriam oferecer ao regime militar o seu apoio, em nome da liberdade de culto, sem no entanto medir o custo ou o grau de distorção que tais pressupostos representavam para o processo de democratização do País ou para a defesa dos valores tradicionais do cristianismo, que são amor, paz, justiça, tolerância e igualdade.

NOTAS

1 O autor é professor no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Metodista de São Paulo, ministro presbiteriano independente e autor de Teatro, Templo e Mercado: organização e marketing de um empreendimento neo-pentecostal, 1^a ed., Petrópolis, Vozes-Simpósio-Umesp, 1997.

2 Stanley Milgram, *Obediência à autoridade*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1983, p. 19.

3 Rubem Alves, *Protestantismo e Repressão*, São Paulo, Ática, 1979.

4 Antonio Gouvêa Mendonça, *O celeste porvir*, São Paulo, 2^a ed. Aste-Pendão Real, 1995.

5 Sobre como a repressão operou nos meios evangélicos vejam: Hélerson Silva, Enos Moura e Mônica Moraes, *Eu faço parte desta História*, São Paulo, Edição da Confederação Nacional da Mocidade Presbiteriana do Brasil, 2002. Sobre a inquisição desencadeada nessa mesma Igreja após o regime militar cf. João Dias de Araújo, *Inquisição sem fogueiras*, Rio de Janeiro, ISER, 1985; Valdir Gonzales Paixão Jr, *A era do trovão: poder e repressão na Igreja Presbiteriana do Brasil na época da ditadura militar (1964-1978)*, Dissertação de Mestrado, Universidade Metodista de São Paulo, 2000; Agenor Berger, *A postura da Igreja Evangélica Luterana no Brasil frente a ditadura militar (1964-1985)*, Dissertação de Mestrado, São Leopoldo, IEPG, 1994; Leonildo S. Campos, *Protestantes na primeira fase do regime militar brasileiro – atos e retórica da Igreja Presbiteriana Independente (1964-1969)*, em *Estudos de Religião*, Ano XVI, n. 23, 83-140, julho/dezembro de 2002.

6 Cf. os textos: Delora Jan Wright, *O coronel tem um segredo: Paulo Wright não está em Cuba*, Petrópolis, Vozes, 1993; Maria Elizabeth de Aquino, *Personagens: graduações do discurso político-religioso no Brasil pós-64*, São Paulo, M. E. de Aquino, 2003.

7 Sobre essa história vale a pena ler Domicio Pereira de Matos, *Posição social da Igreja*, Rio de Janeiro, Editora da Praia, 1965.

8 *O Estandarte*, 15/3/64, p. 8 e 9.

9 Esse telegrama foi reproduzido em *O Estandarte* (15/4/64) e alguns meses mais tarde, depois de um obsequioso silêncio, pelo *Expositor Cristão*.

10 *O Estandarte*, 15/4/64

11 *Mensageiro Luterano*, junho de 1964, p. 87.

12-17 *O Estandarte* (respectivamente 15/4/64, 15/10/70, 31/12/70, 15/9/71[2x], 30/9/71)

18 Sobre o comportamento da Igreja Evangélica de Confissão Luterana e de seus meios de comunicação recomendamos a leitura de Edson E. Streck, *Igreja em tempos de repressão*: IECLB, 1970, à luz de alguns de seus meios de comunicação, *Estudos Teológicos*, Ano 26, nº 2, 1986.

19 *O Estandarte*, 31/1/71.

20 *O Estandarte*, 15/10/71, p. 6.

21 Otto Maduro, *Religião e luta de classes*, 2^a ed. Petrópolis, Vozes, 1983, p. 166.

Leonildo Silveira Campos, ministro presbiteriano independente e professor do programa de pós-graduação em Ciências da Religião da Universidade Metodista de São Paulo.

Paulo Botas

Sem querer Facundo Bacardi imortalizou o sonho apesar da palmeira ter morrido. O sonho mantém-se vivo lá em Cuba, apesar dos pesares; nos bares e restaurantes e casas de nossa América, apesar dos pesares; no país de nossa gente, apesar dos pesares. Sonho, apesar dos pesadelos, ainda não acabou. Usando limão, rum e gelo (vejam a receita no final), pode-se beber ao passado, ao presente e sonhar o futuro *sin perder la ternura jamás*. Eita, texto bom... de beber!

A *Cuba Libre* foi inventada quando os turistas americanos ainda consideravam Havana uma ilha de alegre depravação para os endinheirados do Continente. Dom Facundo Bacardi era o dono do melhor rum daquela ilha e associara a sua primeira destilaria a uma palmeira. Dizia aos seus filhos que enquanto a palmeira ostentasse a copa alta, a destilaria continuaria a produzir e dar lucros. O nome do drinque referia-se à Cuba libertada dos espanhóis, embora Cuba sempre tivesse problemas, como ainda os tem, com a liberdade. Em 1960, Fidel Castro estatizou toda a herdade dos Bacardi. A palmeira morreu e os descendentes de dom Facundo mudaram-se para Porto Rico. Apesar de tudo, o *Cuba Libre* internacionalizou-se mais do que a suposta revolução cubana que, sem dúvidas, resolveu certas questões da pequena ilha, mas ainda não conseguiu equacionar a questão vital da liberdade.

A revolução cubana, em 1959, desempenhou um papel catalizador na política da década de 1960. Os países da América Latina tiveram que se definir em relação ao processo cubano. As igrejas latino-americanas participaram também do desafio representado pela revolução de Sierra Maestra.

Até o movimento cubano, de início apoiado pelos Estados Unidos para a derrubada do ditador Fulgêncio Batista, o fenômeno revolucionário era,

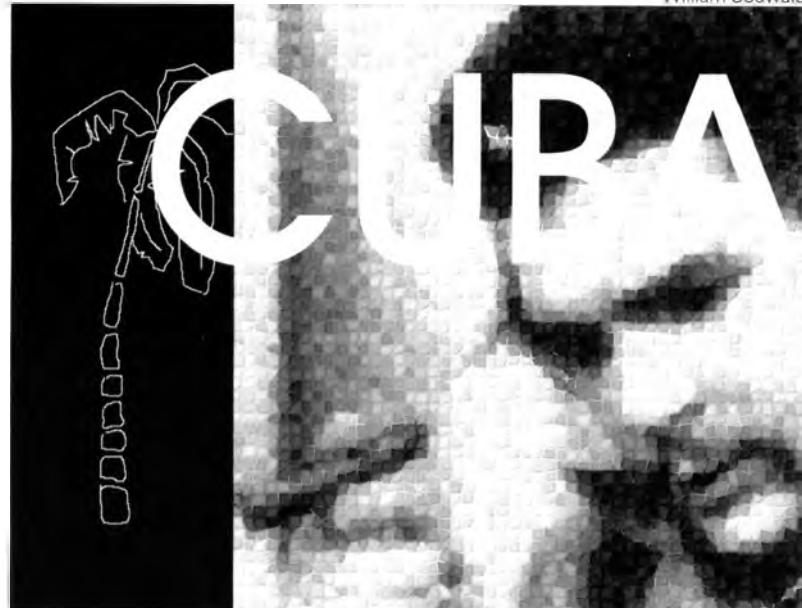
nos meios católicos, identificado com o *comunismo soviético* na perspectiva de Pio XI e Pio XII. A *revolução* era identificada com o *perigo comunista*, ou seja, a *perseguição da Igreja, a destruição da civilização ocidental cristã*, notadamente, *católica* e a *subversão completa de todos os valores morais e humanos*.

No entanto, os acontecimentos de Cuba modificaram esta perspectiva. Muitos católicos e cristãos foram favoráveis e se comprometeram com a Revolução Nacional e Democrática de Fidel ao reconhecerem os fatos que determinavam a necessidade de uma mudança radical em Cuba. Quando, em 1960, Fidel se declara 'marxista-leninista', os grupos católicos e cristãos se afastam e começam a criticar e a se opor ao novo *ditador* cubano.

Mas, a situação de subdesenvolvimento da América Latina e da possibilidade de uma revolução social no Continente exigiu a busca de uma "revolução não-comunista".

Do lado americano, o presidente Kennedy lançava o programa *Aliança para o Progresso*, em 1961, cuja carta de compromisso foi assinada, com exceção de Cuba, por todos os países membros da Organização dos Estados Americanos (OEA). Em 1962, a Federação Internacional dos Institutos Católicos de Pesquisas Sociais e Sociorreligiosas (Feres), concluía um estudo sobre a América Latina que

Cuba só



LIBRE!

dos evangelhos, além da sua figura jovem e carismática que se assemelhava, em muito, aos cristos dos sonhos revolucionários latinos. *Hay que endurecerse pero sin perder la ternura jamás!*

No opúsculo *Guerra de Guerrilhas* os valores evangélicos arrebatavam a ação dos cristãos brasileiros recém-nascidos para a ação revolucionária, ou melhor, da pressão política para as reformas de base.

"O guerrilheiro não deve, de nenhuma maneira, deixar um companheiro ferido à mercê das tropas inimigas pois a sua sorte será, seguramente, a morte". No Evangelho, somos chamados a dar as nossas vidas pelos amigos.

E, para tanto, era necessário *um ideal* que sustentasse essas pessoas notáveis na sua dedicação e firmeza de propósitos, e que enfrentavam condições adversas. *Este ideal é simples, sincero, sem maiores pretensões e, em geral, não vai muito longe, mas é tão firme, tão claro que por ele se dá a vida sem a menor vacilação.*

Podemos sentir o arrebatamento místico-revolucionário de uma juventude pequeno-burguesa que encontra uma saída para a sua inércia política e para o seu catolicismo reduzido a mofo nas sacristias e ao clima mordorento de missas sonolentas, e evasivas nos seus sermões.

Acrescente-se a isto a novidade, revelada por Che, de que as mulheres não eram esse *sexo frágil* construído

serviria aos bispos latino-americanos para melhor compreenderem os problemas do Continente. Apresentava um programa de ação social para os meios universitário, operário e camponês com vistas à formação social dos leigos.

A Igreja, segundo esse estudo, deveria assumir o projeto de "reformas de estruturas", intervindo diretamente por meio da ação dos leigos e exercendo um "papel supletivo" diante da falência das instituições sociais. Os cristãos deveriam assumir o papel de verdadeiros líderes sociais.

A Igreja latino-americana, assessorada pelos seus cientistas sociais, enfrentava, ela também, o desafio cubano. A ameaça de uma revolução no Continente, que poderia desmascarar a real relação de poder da Igreja, abalava séculos de uma política de *conivência, de conciliação e de evasão*.

No Brasil, esta idéia da participação política dos cristãos na revolução nascera no interior da Juventude Universitária Católica estendeu-se para a Juventude Estudantil e para a Juventude Operária (respectivamente JUC,

JEC, JOC). Encontrara ainda sustentação em dois movimentos nacionais católicos, o Movimento de Educação de Base (MEB) e a Ação Popular (AP) que era o braço do engajamento político-partidário dos católicos e cristãos.

No horizonte da política nacional o grande desafio era o das *Reformas de Base* e a palavra de ordem, para os cristãos, era *ser revolucionário*. O pano de fundo ideológico e religioso era o de afirmar que o comunismo só foi possível porque as igrejas não seguiram fielmente o Evangelho, se acomodaram no poder burocrático e cercaram a ação política dos cristãos. O movimento nascido no seio do laicato cristão era fortemente marcado por um *anticomunismo* soviético, e como Cuba se alinhara ao bloco comunista, o movimento era também anticubano.

No entanto, um dos líderes da revolução cubana, o argentino Ernesto Che Guevara, desempenhou um papel fundamental na criação dessa *mística revolucionária cristã*. Seus escritos eram marcados por uma ética e uma ascese dignas das páginas mais radicais

por séculos de repressão machista. *O papel que pode desempenhar a mulher em todo o desenvolvimento de um processo revolucionário é de extraordinária importância. É bom acentuar, em todos os nossos países, de mentalidade colonial, uma certa subestimação que chega a converter-se numa verdadeira discriminação contra ela. A mulher é capaz de realizar os trabalhos mais difíceis, de combater ao lado dos homens e não cria, como se pretende, conflitos de tipo sexual na tropa. Na rígida vida combatente, a mulher é uma companheira que acrescenta as qualidades próprias de seu sexo e que pode trabalhar o mesmo que os homens.*

Esta mística de luta poderia dar um sentido de vida e um projeto real para a juventude. As falas de Che eram o lenitivo para a ausência de uma ética cristã de ação revolucionária. Os jovens da Ação Católica, encontravam no filósofo católico Emmanuel Mounier, a sua estrela maior. Ele escrevia, naqueles tempos, que “um cristão deve encontrar um projeto e um sentido que valem mais do que uma vida”.

Tudo se encaixava. O momento certo, com as pessoas certas, com as utopias certas, com as críticas certas e com o desejo e o sonho de “fazer novas todas as coisas”.

Che discursava para os jovens cubanos: *Se nos falarem que somos quase românticos, que somos uns idealistas inveterados, que estamos pensando em coisas impossíveis temos que contestar, uma e mil vezes que sim, que se pode e que estamos no caminho cer-*

Che Guevara desempenhou um papel fundamental na criação dessa mística revolucionária cristã. Seus escritos eram marcados por uma ética e uma ascese dignas das páginas mais radicais dos evangelhos

to. Vocês são jovens comunistas, criadores da sociedade perfeita, seres humanos destinados a viver num mundo novo do qual haverá desaparecido, definitivamente, todo o caduco, todo o velho, tudo o que represente a sociedade cujas bases acabam de ser destruídas. Para alcançar isto temos que trabalhar todos os dias. Trabalhar no sentido interior de aperfeiçoamento, de aumento de conhecimentos, de aumento da compreensão do mundo que nos rodeia. Questionar e averiguar e conhecer bem o porquê das coisas e colocar-se sempre os grandes problemas da humanidade como problemas próprios.

A superação da mentalidade individualista e pequeno-burguesa, uma ética sacrificial e heróica dava um sentido à existência da juventude cristã que poderia estabelecer um “diálogo” com jovens revolucionários de outros países latinos.

O papa João XXIII era quem proclamava a necessidade de abrir as janelas da Igreja Católica para entrarem os ventos dos novos tempos. E os “sinais dos tempos” deviam ser lidos numa dupla dimensão: o aggiornamento e o “diálogo”.

A mudança devia ser radical, um “virar do avesso este mundo virado.” O dominicano frei Carlos Josaphat fazia eco a estes clamores radicais. Na

III Convenção dos Nacionalistas do Rio Grande do Sul, em dezembro de 1963 discursava sintetizando todo o pensamento revolucionário cristão que alimentava a juventude católica brasileira: *O cristianismo é amor e, a partir do amor, chegaremos à Revolução. A atitude anticristã é não combater os privilégios nem opor-se à iniqüidade dos monopólios. Acomodação e conciliação são sinônimos de traição. O cristianismo é opção radical. Significa amor efetivo, total. Exige tomadas de posição. Não podemos apaziguar os homens se uns são nababos e outros são miseráveis. “Não Matar” é o mandamento de Deus, mas cabe liquidar os inimigos do povo, da justiça social, a sua capacidade de fazer o mal. Só há uma posição válida para o cristão brasileiro. A de participar da revolução nacional para pôr fim à vileza do status quo, à crueldade do sistema capitalista, implantando no Brasil uma democracia social fundada nos preceitos cristãos da justiça, que promova todos os homens e que respeite em cada homem a sua dignidade de ser humano.*

Che Guevara também sonhava uma sociedade que superasse um estilo social-democrata de viver e de ser. Que o escute o *Fome Zero*. *Não se trata de quantos gramas de carne se come ou de quantas vezes por ano pode ir alguém passear na praia, nem de quantas belezas que vêm do exterior possam comprar-se com os salários atuais. Trata-se, precisamente, de que o indivíduo se sinta mais pleno, com muito mais riqueza interior e com muito mais responsabilidade.*

Durou pouco o sonho reformista dos católicos brasileiros. O golpe de 1º de abril os pegou, como toda a nação, de surpresa. Prenunciavam-no as senhoras católicas marchadeiras lideradas pelo padre americano Peyton, que, com seus terços em punho, pediam a Deus que nos livrasse do perigo comunista que assombrava o Brasil. Parece que Deus as ouviu. Pelo menos é o que deixa, oficialmente, transparentar o documento de apoio à quartelada de abril, agora auto-nomeada de "Revolução de Março". Assinam o documento cardeais, arcebispos e bispos do Brasil.

O Brasil foi, há pouco, cenário de graves acontecimentos que modificaram profundamente os rumos da situação nacional. Atendendo à geral e angustiosa expectativa do Povo Brasileiro, que via a marcha acelerada do comunismo para a conquista do poder, as Forças Armadas acudiram em tempo e evitaram se consumasse a implantação do regime bolchevista em nossa Terra. Seria, além do mais que se pode imaginar, a supressão das liberdades as mais sagradas e, de modo especial, da liberdade religiosa e civil.

Logo após o movimento vitorioso da Revolução verificou-se uma sensação de alívio e de esperança, sobretudo porque em face do clima de insegurança e quase desespero em que se encontravam as diferentes classes ou grupos sociais, a Proteção Divina se fez sentir de maneira sensível e inofensável.

Ao rendermos graças a Deus, que atendeu às orações de milhares de bra-

No entanto, o sonho não acabou. A história continuou e os militantes cristãos pagaram com suas vidas, prisões e exílios a estas preces atendidas pelo Deus de cardeais, arcebispos e bispos brasileiros e continuarão a pagar até que se instaure a Justiça e o Direito entre nós

sileiros e nos livrou do perigo comunista, agradecemos aos Militares que, com grave risco de suas vidas, se levantaram em nome dos supremos interesses da Nação, e gratos somos a quantos concorreram para libertarmos do abismo iminente.

No entanto, o sonho não acabou. A história continuou e os militantes cristãos pagaram com suas vidas, prisões e exílios a estas preces atendidas pelo Deus de cardeais, arcebispos e bispos brasileiros e continuarão a pagar até que se instaure a Justiça e o Direito entre nós.

Este era o sonho do Che. Em qualquer lugar que nos surpreenda a morte, bem-vinda seja, sempre que este nosso grito de guerra tenha chegado até um ouvido receptivo e outra mão se estenda para empunhar as nossas armas e outros homens se prontifiquem a entoar os cantos lutoosos com o matraqueamento de metralhadoras e novos gritos de guerra e de vitória.

Aprendemos muito nestes anos e continuaremos a aprender. Para a primeira-dama Marisa indecisa com o que fazer com as jóias recebidas de presente fica a advertência do dominicano Josaphat: "As jóias que as se-

nhoras trazem em suas orelhas, pescoço e pulso, são o suor cristalizado do operário brasileiro".

Para os que ainda tomam Cuba como uma referência democrática e revolucionária, nunca é demais lembrar que a única internacionalização, ironia do destino, foi o legado etílico da sua bebida mais famosa que, globalizada, materializa os sonhos de liberdade da pequena ilha caribenha.

E para não dizer que tudo acaba em pizza, acabo este artigo com uma colaboração e reverência ao povo cubano resistente na sua alegria e hospitalidade. Segue a receita oficial da herança mais famosa da ilha, dos tempos da ditadura de Batista, e que alimenta simbolicamente, até hoje, as utopias de democracia popular. *Cuba libre.*

Cubos de gelo. Suco de ½ limão, 3 colheres de sopa de rum Bacardi ou outro rum branco suave, ½ xícara de chá de Coca Cola. Em um copo grande, coloque cubos de gelo quase até a boca. Despeje por cima o suco de limão, o rum e complete com a Coca Cola. Guarneça com uma rodelinha de limão e sirva com canudinhos. É drinque apropriado para tardes ou noites quentes.

Nos céus de Brasília, depois de um futebol e antes de um farto churrasco deve ter um sabor inominável. *Hasta la vista, baby!*

Paulo Botas, doutor em Filosofia e integrante da equipe de KOINONIA.

Da dissidência à profecia

José Bittencourt Filho

Aos verdugos que ordenaram ao Mestre mandasse calaram-se os que 'hozanavam' em Jerusalém a chegada do que vinha em nome do Senhor, o Mestre responde: "Se estes se calarem, as pedras vão gritar." O teólogo-escritor convida-nos a perceber, que nem o *leitmotiv* de uma partitura wagneriana, através das últimas décadas, na história deste Brasil, a presença da eternidade das dissidências fiéis a proclamarem (profetizarem) ecumenicamente (única maneira eterna de proclamar) a presença dos "Sinais do Reino" em sonhos não-acordáveis e visões não-apagáveis.

O PANORAMA

Quando o fundamentalismo e o carismatismo ainda não haviam se tornado inteiramente hegemônicos, parece que os embates se davam entre as bem instaladas burocracias dirigentes e governantes das denominações contra os círculos mais intelectualizados e os movimentos de juventude. Estes eram os protagonistas principais nos debates teológicos e ideológicos, tácitos ou explícitos, que causavam inquietação nas denominações. O cenário desse embate foram os anos que comporta a Era JK,

também conhecida como os *Anos dourados*. Nesse cenário o Brasil vivia um novo decurso de modernização econômica e cultural, e nele os sonhos trazidos nas maletas dos missionários no século XIX pareciam estar finalmente realizados; afinal de contas, o Brasil se tornara uma democracia representativa *como manda o figurino*, com instituições estáveis, e ainda implementava um modelo econômico bem afinado com as preferências do capitalismo hegemônico à época.

Contávamos com o apoio da *Aliança para o Progresso* e outros expedientes norte-americanos para conduzir os subdesenvolvidos ao paraíso da plena industrialização e preencher as lacunas deixadas pelo atraso. A política de substituição de importações ia de vento em popa, a despeito da inflação galopante decorrente da construção de Brasília. Enquanto alguns intelectuais de esquerda começavam a desvendar as sutilezas da dependência econômica, o Brasil elegia com uma votação recorde um presidente aparentemente nacionalista e moralista, que se apresentava como um combatente contra a corrupção e em favor dos bons costumes.

Quanto ao País, este viu suas esperanças frustradas pelo mesmo presidente, que além de moralista era autoritário e tentou assumir plenos poderes por meio de um golpe enviesado; acabou renunciando com menos de um ano de

governo, fato que determinou a posse do vice-presidente com um mandato assombrado pelo fantasma de Getúlio. Como ninguém gosta de fantasmas, tentaram limitar os poderes presidenciais por meio de um parlamentarismo de última hora, que foi fragorosamente derrotado pela população num plebiscito.

O fantasma continuava rondando o palácio e cochichou no ouvido do presidente latifundiário que ele deveria implementar umas tais *reformas de base* que só iriam beneficiar as massas empobrecidas. Como ele tinha apoio de algumas centrais sindicais e de movimentos de trabalhadores rurais, o caos estava instalado; afinal de contas esse presidente estaria querendo implantar uma república sindicalista (no modelo de Perón), um caminho aberto para o comunismo! Pronto: as senhoras paulistanas deixaram seus amenos afazeres e lideradas por piedosos sacerdotes saíram numa passeata que viria a ser decisiva para criar um clima favorável ao golpe. Em permanecendo o governo, a Igreja temia a perda de muitos dos seus bens e de boa parte de sua influência política, ademais aquelas pobres senhoras estariam sendo seriamente ameaçadas por um regime que pretendia misturá-las com o povo brasileiro! Tudo isso era insuportável!

Os arquitetos do golpe pensaram: bastava aguçar o vezo golpista de certos

oficiais superiores das Forças Armadas, fazer valer teses da Guerra Fria então no auge, e conseguir o apoio do pessoal do setor financeiro. Assim, bastou que um agente da Agência de Informações (CIA) infiltrado entre os marinheiros liderasse uma modesta sublevação para que a possibilidade inaceitável da quebra da hierarquia militar levasse alguns generais, almirantes, brigadeiros e coronéis a decidirem derrubar o presidente eleito pela força. Aliás, uma força que não precisaram usar no primeiro momento, por quanto não houve resistência. As perigosas organizações que apoiavam o governo, não tinham armas, nem organização, nem peso numérico, nem base popular para resistir. Não faltou uma generosa colaboração da maioria do Congresso, composta por reacionários e fisiológicos de todos os matizes.

Vale rememorar também que o Brasil, após a primeira redemocratização, sofreu um processo de industrialização que ocasionou um autêntico êxodo rural decorrente da carência crônica de políticas fundiárias compatíveis com as necessidades dos trabalhadores rurais. As melhores terras ficaram nas mãos de agroindústrias voltadas para a exportação. Para os campões restava apenas migrar para os grandes centros urbanos em busca de oportunidades.

Já no início da década de 1960 se configurava uma situação drástica quanto as indústrias não conseguiam corresponder à demanda por empregos, sendo que os setores mais rentáveis caíram nas mãos das multinacionais, restando à indústria nacional um quinhão pouco competitivo e tecnologia obsoleta. Como era de se esperar, esse modelo contribuiu para a concen-

Em permanecendo o governo, a Igreja temia a perda de muitos dos seus bens e de boa parte de sua influência política, ademais aquelas pobres senhoras estariam sendo seriamente ameaçadas por um regime que pretendia misturá-las com o povo brasileiro! Tudo isso era insuportável!

tração de terras e de renda, para a exploração desenfreada e irracional de recursos minerais, deterioração salarial, além, das aludidas migrações internas massivas.

Os centros urbanos não reuniam condições para atender, nem econômica nem socialmente os contingentes populacionais que a eles acorreram. Assim, cresceram tanto o déficit habitacional quanto o de serviços públicos, que concorreram para a incidência de invasões, cortiços, favelas e especulação imobiliária. O modelo desenvolvimentista mostrava sinais de esgotamento. Sem contar que ficava evidente a conexão entre a necessidade da Reforma Agrária e a problemática urbana correspondente, em face dos movimentos migratórios internos.

Como era de se esperar, na mesma década surgiam no cenário político novos atores: os movimentos populares, sociais e estudantis. Assim, as avenidas das capitais brasileiras e latino-americanas estavam freqüentemente tomadas por trabalhadores grevistas e estudantes combativos. Os intelectuais questionavam as teorias clássicas e começavam a desvendar as sutilezas da dominação capitaneada pelos norte-

americanos. Em face das condições econômicas desfavoráveis, setores populares respondiam com maior organização; e a luta armada se apresentava como uma alternativa recorrente.

Em contrapartida, na perspectiva do capital internacional chegara o momento de patrocinar o endurecimento dos regimes capazes de conter as greves e as reivindicações populares, as invasões de terras e as mobilizações lideradas pelas esquerdas. Portanto, o momento era de insuflar golpes de Estado *manu militari*, capazes de salvaguardar os investimentos e os lucros e que tivessem a dependência e o endividamento externo como esteio.

No Brasil, muito embora de forma difusa, as camadas populares pareciam crescer em consciência quanto aos seus direitos e possibilidades. A bandeira da reforma agrária estava sendo alçada com uma ênfase até então inédita. Nos meios estudantis a discussão acerca de novos modelos de sociedade parecia se aprofundar. Para muitos, tudo indicava uma nova configuração política, e não seriam poucos os debates sobre o prazo para o seu estabelecimento! Enquanto isso, no plano cultural, as propostas esquerdizantes eram divulgadas com uma desenvoltura considerável. A literatura, a música popular, o teatro e o cinema preconizavam um novo tempo tão acalentado. Parecia nítido que o modelo dominante agonizava. Olhando retrospectivamente, podemos dizer que muitos pecaram pelo ufanismo, pelo voluntarismo e, sobretudo, por subestimarem a capacidade sistêmica de manutenção e auto-recuperação.

A rigor, porém, pode-se afirmar que após as décadas de 1950 e 1960, a América Latina nunca mais foi a

mesma. Indubitavelmente, os eflúvios da Revolução Cubana e das diferentes correntes nacionalistas contribuíram para uma mobilização dos corações e das mentes numa intensidade jamais vista até então.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Nesse quadro, na cidade de Lima e com apoio internacional, nasce a *Junta Latinoamericana de Iglesia y Sociedad* (1961). Tinha como meta corroborar a ação das Comunidades de Fé oriundas do protestantismo histórico regional para que pudessem responder à altura, aos grandes desafios missionários que a agenda da sociedade apontava, ou seja, anunciar o Reino de Deus num continente abalado por transformações inusitadas e com desdobramentos imprevisíveis. Pouco tempo depois de sua fundação, essa mesma Junta, inicialmente um organismo oficial das confederações das igrejas protestantes, iria transformar-se numa entidade dotada de uma dinâmica de movimento e denominada *Iglesia y Sociedad en América Latina* (Isal).

Para as igrejas reunidas em Lima podiam ser detectadas duas grandes tendências: uma que considerava a participação social como um ministério particular ao lado dos demais; e a outra que avaliava a absorção da questão social como imprescindível para a tarefa missionária. Para ambas, aquele conclave representou um grande impacto, posto que a tomada de consciência quanto à realidade social latino-americana, com a utilização de referenciais bíblicos, teológicos e científicos apropriados representava uma novidade absoluta. Muitos, pela primeira vez, com o manejo do instrumental científico, puderam identificar

O momento era de insuflar golpes de Estado *manu militari*, capazes de salvaguardar os investimentos e os lucros e que tivessem a dependência e o endividamento externo como esteio

o atrelamento de suas organizações confessionais a determinados projetos políticos e ideológicos.

A implantação de federações de igrejas protestantes na América Latina remonta às primeiras décadas do século XX. Vale registrar que, em boa parte, elas foram resultantes das políticas do Comitê de Cooperação para a América Latina, instituído após a Conferência Pan-Americana de Missões (Panamá, 1916). As Federações foram signatárias do Documento de fundação da *Junta Latinoamericana*, uma vez que exerciam função estratégica nas intervenções sociais das igrejas por toda a Região.

O DILEMA

Nesta altura é importante ressaltar que no decênio de 1950, aproximadamente, as igrejas do Protestantismo Histórico brasileiro depararam-se com três alternativas de inserção na realidade brasileira. Tais alternativas nasceram em função do esgotamento do projeto político, eclesiológico e missionário, embutidos na proposta evangelizadora que as missões norte-americanas haviam trazido consigo no segundo quartel do século anterior. A formação econômico-social brasileira nesse período atingira o estádio almejado pelo projeto importado, isto é, a par-

tir daquele momento o Brasil estava definitivamente para o “clube” do capitalismo internacional.

Fazia-se necessário reformular o substrato da proposta evangelizadora, estabelecendo-se, entre outros procedimentos, novas relações com a sociedade circundante. Nesses casos a inclinação mais freqüente era o apego às coisas tais como são, e nisso reside a gênese do conservantismo. Outra conduta comumente reiterada é voltar-se para as dimensões “espirituais”, daí o carismatismo. A menos comum é a alternativa que propugna por alterações radicais, capazes de abalar as estruturas e as formas obsoletas, bem como substituí-las por outras mais consonantes com os novos desafios.

O conservantismo costuma ser alimentado pelas instâncias burocráticas dirigentes, que o impõem ao coletivo eclesiástico por intermédio de dispositivos políticos e jurídicos. No Brasil, essas instâncias tornaram-se beneficiárias do clima autoritário implantado pelo golpe de 1964, e foram as principais agentes dos expurgos e perseguições que se multiplicaram no âmbito eclesiástico protestante. Por sinal, já nos primeiros anos da década de 1960, tanto os grupos que optaram pela chamada “renovação espiritual” (carismatismo), quanto os defensores da “responsabilidade social da Igreja” (contextualização), foram excluídos e punidos de várias maneiras pelas instâncias dirigentes de suas respectivas denominações.

Os cristãos protestantes defensores de uma postura ecumênica que necessariamente passava pelo engajamento social puderam durante algum tempo encontrar refúgio em organizações e movimentos ecumênicos, no Brasil e

nos países do Cone Sul. Contudo, o recrudescimento dos regimes de Segurança Nacional, assim como a conjuntura adversa nas denominações mantiveram esses cristãos algo confinados, e seus grupos foram transformados em autênticas *ilhas de dissidência*, cercadas por um mar de obscurantismo.

Em suma, pode-se asseverar que no contexto latino-americano, com o fracasso do modelo desenvolvimentista, sem alteração no modo de produção e com razoável avanço das forças produtivas, instaurou-se uma crise, cuja solução foi encaminhada por meio da instalação de regimes de Segurança Nacional, com a função precípua de barrar qualquer decurso revolucionário. Neste quadro, os cristãos se aperceberam diante de duas alternativas: (a) ou transplantar todas as expectativas para o plano sobrenatural, e identificar as adversidades com forças malignas metafísicas (pentecostismo, carismatismo, e seitas diversas); (b) ou restaurar os valores e as dimensões libertárias da fé bíblica, sacudindo assim o jugo da "religião burguesa", utilizando a utopia escatológica do Reino como referência crítica permanente e instância mantenedora da esperança histórica (Teologia da libertação, Comunidades Eclesiais de Base, Organizações Ecumênicas de Serviço).

O sonho era a construção de um projeto eclesiológico ecumônico capaz de repor a dinâmica original da fé bíblica. Isso significaria uma comunidade que não se posicionasse passivamente diante da alienação e da multisecular espoliação. Ademais, destacasse-iam nessa comunidade a fé militante e a ação diaconal, por meio de uma rede fraterna de pequenas comunida-

Já nos primeiros anos da década de 1960, tanto os grupos que optaram pela chamada "renovação espiritual" (carismatismo), quanto os defensores da "responsabilidade social da Igreja" (contextualização), foram excluídos e punidos de várias maneiras pelas instâncias dirigentes de suas respectivas denominações

des (independentemente da família confessional) de serviço aos desfavorecidos, orientadas por uma lógica de maiorias, enraizadas em suas respectivas realidades locais, sem perder de vista a universalidade do Evangelho.

É oportuno mencionar algumas investigações formuladas à época, cujas respostas funcionavam como diretrizes de ação: Qual a natureza mesma da comunidade de Fé? Quais os critérios para que ela compreendesse a si mesma e efetuasse seu auto-aprimoramento? Qual o lugar da Igreja institucional na superestrutura da sociedade? Como alimentar a tensão dialética entre as estruturas eclesiásticas e os valores do Reino? Quais seriam os mecanismos de atualização da tarefa evangelizadora para que respondesse adequadamente aos desafios do momento histórico? Em decorrência disso, estabeleceu-se uma "agenda" que contemplava pelo menos três grandes vertentes:

■ Reforçar grupos dissidentes que se encontrassem em conflito com as hierarquias institucionais em virtude de incompatibilidades ideológicas. Deve-

riam ser apoiados e assessorados em suas atividades, posto que punham em relevo as contradições do Sistema no plano eclesiástico.

■ Identificar, no interior das organizações eclesiásticas, aqueles grupos que traduzissem e expressassem os interesses das classes dominantes, a fim de denunciá-los de forma clara e consistente.

■ Elaborar uma pedagogia destinada às maioria eclesiás que experimentavam múltiplas modalidades de alienação, dentre as quais a religiosa.

O CENÁRIO

O regime militar aguçou e favoreceu o aparecimento de contradições na conjuntura eclesiástica e que já existiam desde algum tempo antes; muito embora, o ambiente de censura, repressão e obscurantismo no mundo evangélico brasileiro se viesse impondo desde alguns anos antes do golpe. Na verdade, o novo regime apenas aprofundou e açodou alguns processos. Contudo, as burocracias dirigentes das denominações perceberam, no golpe, uma oportunidade de 'oficializar' e reforçar suas diretrizes obscurantistas, desencadear um processo repressivo mais explícito, e contar com um respaldo político-jurídico para as suas ações persecutórias e integristas.

Em contrapartida, esse cenário induziu as *ilhas de dissidência* a explicitarem suas discordâncias, radicalizarem suas ações, e organizarem sua resistência, tendo o ecumenismo como um valor de referência, inspiradas nos subsídios teológicos, missiológicos, e no apoio oferecido pelas instâncias do Conselho Mundial de Igrejas (CMI), o grande inspirador do movimento ecumônico internacional, criado em

1948, e que nos chega por intermédio das parcelas mais avançadas da Confederação Evangélica do Brasil. Assim, o chamado *cristianismo da libertação* na América Latina e no Brasil, contou com uma vertente protestante significativa que, cronologicamente, antecipou-se aos católicos no tocante a iniciativas teológicas e pastorais e que, num determinado momento, aliou-se a eles em diferentes situações, inspirados nas diretrizes do movimento ecumônico internacional liderado pelo CMI.

Ainda nos primórdios da década de 1960, o movimento Igreja e Sociedade na América Latina (Isal) aglutinou teólogos, cientistas sociais, filósofos, e lideranças eclesiásticas, majoritariamente protestantes, que se puseram ombro a ombro para enfrentar as questões de fronteira que percebiam no panorama continental, questões estas que se aprofundaram a partir da sequência de implantação de regimes ditatoriais militares, inaugurada pelo Brasil, e depois seguida pelos países do Cone Sul. Por sinal, durante um certo período, foi delicada a situação dos brasileiros integrantes de Isal, pois, enquanto no Chile, por exemplo, cresciam as expectativas de implantação do socialismo pela via eleitoral, o Brasil vivia o auge da repressão que se seguiu ao Ato Institucional/ 5 (AI-5).

Ao lado da independência financeira obtida por meio do movimento ecumônico internacional, Isal veio também a obter reconhecimento como uma espécie de “consciência política” para diversos movimentos e organizações, religiosos e seculares. Entretanto, seria gradativamente condenado à extinção, entre outras razões, por não ter criado bases eclesiais suficientes que assegurassem a renovação dos seus quadros

No Brasil, os organismos ecumênicos e organizações eclesiásticas católicas serviram como refúgio para protestantes progressistas, bem como para lideranças sindicais, partidárias e do movimento social durante todo o período ditatorial e ainda por um bom tempo após a redemocratização

dirigentes. A par disso, a repressão crescente acabou por inviabilizar-lhe o funcionamento em várias localidades, inibir-lhe a sistemática de recrutamento e de formação de quadros, bem como impedir a multiplicação dos seus núcleos regionais.

UM EPÍLOGO

Nos primeiros anos de década de 1970, Isal iria desaparecer institucionalmente, e boa parte de suas lutas é transferida para mãos católicas, muito embora seu precioso legado tenha permanecido entre os grupos que apelidamos *ilhas de dissidência*, que permanecem no movimento ecumônico buscando novas formas de sobrevivência, de expressão e de articulação. Vale observar que, no Brasil, os organismos ecumênicos e organizações eclesiásticas católicas serviram como refúgio para protestantes progressistas, bem como para lideranças sindicais, partidárias e do movimento social durante todo o período ditatorial e ainda por um bom tempo após a redemocratização.

Contudo, após o fim da Guerra Fria, ao que se seguiu a hegemonia do

modelo neoliberal, o neoconservadorismo católico oficial, e o recrudescimento do fundamentalismo evangélico, o cristianismo libertário protestante de índole ecumônica sofreu revezes dos quais ainda não se recuperou. Experimentou pesadas baixas entre suas vanguardas e lideranças, e viu-se de tal modo cercado pelo *pensamento único*, pelo integralismo eclesiástico, pelo neoconfessionalismo, pela intolerância religiosa, e pela carência de um projeto de longo prazo, que lhe restaram pouquíssimas alternativas, senão a resistência.

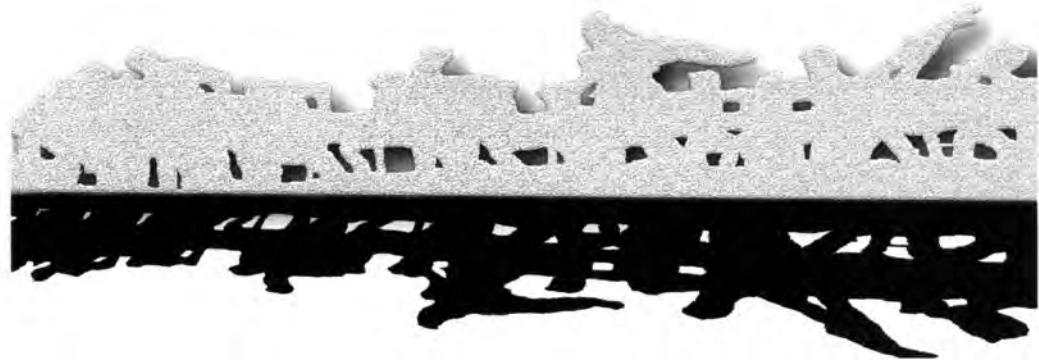
Indubitavelmente, um dos instrumentos mais eficazes para tal resistência é cultivar, preservar, e retomar a memória dos tempos em que se sonhava com um continente livre das velhas oligarquias instaladas no poder, em que o povo organizado pudesse participar das grandes decisões que afetassem o destino das maiorias, houvesse uma distribuição justa da riqueza produzida pelo trabalho, houvesse respeito pela dignidade do semelhante, livre de todos os preconceitos que separam as pessoas, e livre de todas as formas de alienação. E o mais importante: todas essas realizações fossem consideradas Sinais do Reino!

Ontem e hoje, afirmar e proclamar esses sonhos representa profetizar, ou seja, anunciar a vontade do Deus bíblico em tom de boa-nova, e denunciar as artimanhas das estruturas idolátricas que nos aprisionam. Portanto, hoje, resistir também significa honrar a memória dos tempos em que dissidência e profecia foram inseparáveis. ■

José Bittencourt Filho, professor universitário e assessor de KOINONIA.

Ivone Gebara

O que há de novo?



WILLIAM SPERBER

Era 31 de março de 2004. Estava num bate-papo agradável com um grupo de amigos que haviam sido meus alunos. A data, que inevitavelmente nos lembrava o golpe militar de 1964, não havia sido proposital, mas um simples acordo de agendas. Meus amigos são hoje profissionais de diferentes áreas e até alguns clérigos. Perplexos com o estado de violência estrutural em nosso mundo queriam saber das novidades, das saídas, das novas esperanças. Queriam que eu começasse a partilhar algumas "coisas boas", como diziam eles, para em seguida abrirmos para uma conversa mais participativa. Confesso que meu coração estava pesado de tristeza. Havia acabado de chegar de um encontro na Zâmbia e ainda vivia as impressões da dramática situação de pobreza e doença da população. Estava segura de que minha partilha seria eivada por meu estado de espírito marcado mais por um sentimento de impotência diante de tão graves problemas, por isso me desculpei dos limites de minha partilha antes mesmo de começar.

E assim iniciamos nossa conversa.

*O que há de novo, companheira,
me perguntam vocês?*

Neste ano, há os cem anos do fim de uma guerra, cinqüenta de outra, quarenta do início da ditadura militar no Brasil. Que golpe! Guardamos ainda as marcas dos pontapés, dos cigarros apagados na pele, dos choques elétricos, dos exilados, dos desaparecidos mortos e de tantas criativas maldades que só a mente humana é capaz de pensar e até improvisar. Ah! não se pode esquecer dos terços rezados em praça pública, das preces de paz pelo mundo, dos apertos de mãos religiosas

afagando mãos militares. Lembranças de guerra, lembranças de morte, de impérios de dominação, de impunidade, de sangue derramado, de vidas ceifadas em meio aos sonhos de juventude.

*O que há de novo, companheira,
me perguntam vocês?*

Sim, estamos preparando mais um aniversário de guerra. Ou melhor, mais alguns para o nosso calendário histórico de extermínio! Em breve serão dois, três, cinco anos da guerra contra o Iraque. E outro aniversário, o da Chechênia! E o de Ruanda! E o do Timor Leste! E as inúmeras chacinas de índios no Brasil, na Bolívia, no Vietnã! Em seguida, será a celebração dos anos de cativeiro dos afegãos em Guantânamo. Depois será de novo a memória do assassinato de Chico Mendes, de Margarida Alves, de Ghandi, de Martin Luther King, de.... e....

Ah! não há que esquecer do aniversário das crianças da Candelária como não esquecemos das crianças passadas a fio de espada pelos soldados de Herodes. Não se pode esquecer da chacina do Carandiru nem da morte do jornalista assassinado ou daquele político baleado. Quantos anos faz?

Fatos guerreiros são lembranças guerreiras, são festas guerreiras! Mas, guerra para quê? Para quem? Quem se alegrou? Quem conservou o coração tranqüílo como as "crianças no regaço de suas mães"? Ou quem se deliciou com a carnificina e a aspersão de sangue inocente?

*O que há de novo, companheira,
me perguntam vocês?*

Todo ano é tudo sempre igual. Acordamos às 5 horas da manhã, buscamos trabalho às 6 e às 22 horas voltamos quase sempre de mãos vazias. O Chico Buarque que me perdoe estragar assim a belíssima letra de sua música sobre o cotidiano. Prometemos mudança para melhor, acreditamos na mudança. E recomeçamos tudo sempre igual. Memória fraca a nossa! Debilitada criatividade para o bem comum!

*O que há de novo, companheira,
perguntam vocês?*

Há cada vez mais malas diplomáticas, eminências pardas, cardeais purpurados buscando caminhos para a paz. Há cada vez mais pastores falantes, pregadores exímios que não escondem o domínio da palavra e treinam diante do espelho e das câmaras a força de sua eloquência persuasiva. Falam em nome de Deus, da paz que vem do Altíssimo, acreditando que virá talvez por meio deles. Mas, o que é mesmo a paz que buscam afirmar? O que é mesmo a paz que se quer propor? E agora não apenas falam, mas dançam diante das câmaras convencidos de que este é o caminho para alegrar os corações partidos e curar-lhes as feridas. A dança clerical, o espetáculo religioso inaugura o caminho para a paz! "Faz-me rir o que andas dizendo, que me adoras e morres por mim"... lembro-me dessa frase de um velho samba que minha associação livre ousou ajustar a estas pretensas novas memórias.

*O que há de novo, companheira,
perguntam vocês?*

Há festas, comemorações, carnaval fora de época, alegria para o povo. Há circo sem pão. Mas, há circo e, enquanto houver, haverá também consolo com as migalhas que caem das mesas fartas. Há muita reza, muita caminhada, muita promessa e muito milagre. E enquanto existirem esses milagres a dignidade humana continuará pisada e esquecida!

*O que há de novo, companheira,
perguntam vocês?*

Há muitas coisas boas... a ética na política, o "outro mundo" possível, a fome zero não zerada, o (des)equilíbrio da balança comercial, o povo no poder, o governo participativo, as igrejas democráticas da base... Onde estão? Vivem primeiro nas palavras vazias e depois, ouso

crer que ainda habitam o sonho de muitos e muitas.

Há também a lembrança do fel que bebemos e produzimos no passado. E hoje é preciso acreditar que o passado passou, assim nos dizem os profetas da esperança... Há o "nunca mais" à tortura e a impunidade mesmo quando estas continuam mais vivas do que nunca nas cenas monstruosas mostradas na TV sobre as prisioneiras no Iraque. Há a cidadania feminina conquistada, embora o número de mulheres espancadas em casa tenha crescido de forma assustadora.

*O que há de novo, companheira,
me perguntam vocês?*

Confesso que a pergunta me parece cada vez mais difícil. Todas as minhas respostas parecem não satisfazê-los, pois repetem a pergunta sem cessar como se exigissem uma resposta que não tenho para dar.

O autor do Eclesiastes não teria razão quando afirmava "tudo é vaidade e correr atrás do vento"? Continuamos correndo atrás do vento imaginando que nossas belas palavras edificam mundos, levam à paz. Mas, de novo, o que é mesmo a paz?

*O que há de novo, companheira,
perguntam vocês?*

"Promulgam leis iníquas, desapossam os fracos de seus direitos, despojam as viúvas e saqueiam a terra" (Isaías 10) Ah! isto foi ontem, poderíamos pensar! Mas, é ainda hoje. E será talvez amanhã. Drogas! Pensei que fosse novidade!

*O que há de novo, companheira, o novo bom,
me perguntam vocês?*

Agora querem insistir no novo bom, aquilo que está sendo realmente muito bom... Busco em vão em minhas memórias passadas e em meu presente... Talvez estejam pensando em seu interior: para que estes discursos amargos? Por que não lembrar as coisas boas, os poemas de amor, os lírios do campo e as flores silvestres? Por que não lembrar que a gasolina não subiu tanto quanto no ano passado? Que existe o bolsa-escola, o cartão-cidadão, o primeiro emprego. Por que não se lembrar que na Igreja Católica Romana as meninas até já podem ser coroinhas, podem se tornar segundo a vontade do papa aquelas meninas angélicas que podem subir ao altar para ajudar nas missas...

*O que há de novo, companheira,
perguntam vocês?*

Penso que agora vou buscar respostas no dia-a-dia de meu bairro. Talvez consiga satisfazê-los e talvez param de fazer esta monótona pergunta.

A minha vizinha Solange de dezenove anos, teve uma menina, Débora. A jovem mãe precisou submeter-se a uma cesariana. Mas, foi tudo bem. A menina é linda. Depois de três dias de nascida, a mãe teve alta e ainda com dor na barriga precisou tomar um ônibus para voltar com ela para casa. Não havia ambulância disponível e nem dinheiro para táxi. Serviu um vale transporte que estava para expirar naquele mesmo dia. Ainda bem que Solange teve sorte! O passe foi aceito pelo cobrador. Mas, valeu, a menina é linda. Já começou desde cedo a se acostumar a ser pobre.

*O que há de novo, companheira,
vocês me perguntam?*

Carlinhos morreu atropelado. Só tinha cinco anos. O motorista da Kombi estava embriagado e vinha correndo pela avenida em pleno domingo. O menino estava perto do meio fio com uma bexiga ou bola de soprar colorida na mão. Então, o horrível pára-choque de ferro prendeu a manga da camiseta de Carlinhos sem perceber, é claro. Arrastou o menino por cinqüenta metros e foi o fim. Fim para Carlinhos... Ferida para a pobre mãe inconsolável... Fim para o balão colorido, para a bexiga, para a bola, para a festa da vizinhança.

*O que há de novo, companheira,
perguntam vocês?*

Senhor Lula arrumou um emprego. Demorou tanto, mas agora está bem. Agora o pão dos meninos, são nove, está garantido. Arrumou trabalho de ajudante de pedreiro... é longe de casa, mas é bom trabalho. Pagam R\$ 10,00 a diária. Só que não assinam a carteira, nem dão o transporte. E, lá se vão quase R\$ 4,00 por dia. Mas, tudo bem... nestes tempos difíceis há muitos que invadem a sorte do senhor Lula. Agora ele virou trabalhador, homem direito, com fome, mas homem direito...

*O que há de novo, companheira,
perguntam vocês?*

Perdoem-me, mas gostaria de cantar o final da música

de Geraldo Vandré, aquele pedaço que diz – "flores em vez de canhões". Você se lembram? É do tempo da ditadura militar... Foi até proibida. Fazia sucesso e ainda faz.

Mas, não consigo. Tem muita guerra por aqui. Guerra de criança com fome, guerra de jovem no tráfico, guerra de mulher para parir dignamente, guerra de velho na fila do hospital e do INSS, guerra do imperador Bush em todo mundo e contra quase todo mundo!

*O que há de novo, companheira,
perguntam de novo?*

Não sei. Penso que não há nada de novo sob o sol a não ser os novos dias que nascem e morrem e a reprodução da maldade do coração humano. Que mau humor! Que pessimismo! Posso até reconhecer meu estado atual...

Mas, que dizer de novo do humano, homem/mulher que nasce hoje e fenece amanhã... Tenho vontade de chorar, de gritar e até de ficar com mais raiva do que o profeta Oséias (cap. 5) : "Eu odeio e desprezo as vossas festas, não gosto de suas reuniões, não me agradam as vossas oferendas" (...) "Afastem de mim o ruído de vossos cantos e o som de vossas harpas". (...) "Ficai com os deuses que vocês fabricaram e com os símbolos que carregais em seu nome".

Estou quase farta dessa tragicomédia sem saída à vista!

*O que há de novo, companheira,
perguntam ainda vocês?*

Perguntam a vocês mesmos e tentem responder. Quem sabe conseguirão pôr um pouco mais de azeite na minha lamparina, um pouco mais de sal na minha comida, um pouco mais de vinho na minha festa e sobretudo mais esperança na minha canção. Desculpem, faz escuro, ajudem-me a cantar!

Então, emocionados nos olhamos em silêncio. Sentimo-nos 'habitados' por algo difícil de expressar. Estávamos ali, juntos, unidos pelo passado comum e pela amizade. A amizade nos fazia bem, a amizade nos ajudaria a continuar a aliviar dores e a retomar caminhos junto aos caídos pelas estradas da vida. Uma triste alegria tomou conta de nós. Sorrimos juntos, tomando um bom gole de vinho, demos graças à vida e nos prometemos continuar na grande utopia de viver na busca do amor e da justiça. Baixinho começamos a cantar: "Apesar de você amanhã há de ser, novo dia..."



A DÉCADA PARA SUPERAR
A VIOLENCIA É UMA
GRANDE CONVOCAÇÃO
PARA QUE AS PESSOAS
DE BOA VONTADE E
INSTITUIÇÕES SE UNAM
MEDIANTE A DIGNIDADE
HUMANA PARA O RESGATE
DO PROFETISMO BÍBLICO:
“A JUSTIÇA PRODUZIRÁ
A PAZ” (ISAÍAS 32,17).

KOINONIA está promovendo a segunda edição do **curso de formação de agentes culturais jovens** no Submédio São Francisco, com a finalidade de capacitar a juventude para ações que promovam a melhoria da qualidade de vida nos meios rurais, a partir de ações desenvolvidas pelos próprios jovens. O grupo composto por cerca de trinta jovens de dez municípios planejou uma série de atividades, entre as quais destacam-se: curso de capacitação dos jovens agricultores sobre acesso ao crédito para produção; festival cultural resgate histórico do reassentamento; campanha do voto consciente e torneio para superação da violência (palestra, jogos e premiação).

KOINONIA se fez presente, como delegada do Estado do Rio de Janeiro, na **IX Conferência Nacional dos Direitos Humanos**, realizada em Brasília, entre os dias 29 de junho e 2 de julho. Organizado pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara e pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, o evento teve caráter deliberativo em função da instalação de um Sistema Nacional de Proteção aos Direitos Humanos.

As igrejas afiliadas ao CONIC decidiram lançar uma **segunda Campanha da Fraternidade Ecumênica**, em 2005. O tema escolhido é: “Solidariedade e Paz”; o lema “Felizes os que

promovem a Paz”. As igrejas têm convicção de que a violência pode ser superada com gestos concretos da solidariedade.

O CLAI-Br participou em abril do **Encontro Educação pela Paz**, realizado em Londrina, PR. Promovido pela ong “Londrina Pazeando”, o evento foi apresentado pelo coordenador da ong Educadores para a Paz, Prof. Marcelo Rezende Guimarães e discutiu a construção para uma cultura de paz. Participaram quase 300 pessoas, entre professores e estudantes da rede municipal de ensino de Londrina. Durante o evento foi lançado o regulamento da 2ª Coletânea de textos para produção de um livro sobre o tema.

O CLAI-Br também esteve presente no **Encontro de Formação e Oração**, realizado em São Paulo, no dia 13 de junho, promovido pela Coordenação do Projeto Fale. A Rede FALE, composta por diversas organizações ecumênicas, incluindo o CLAI e KOINONIA, conta hoje com cerca de 30 mil participantes em todo o Brasil, em sua maioria evangélicos, que bimestralmente promovem orações e ações específicas em suas comunidades sobre o tema do bimestre, além de enviar cartões-postais sobre temas correlatos à Década pela Superação da Violência para autoridades competentes em nível federal.

Para superar a violência

KOINONIA é a Articulação de Mulheres Quilombolas do Norte do Espírito Santo promoveram, nos dias 15 e 16 de junho de 2004, o **I Encontro de Mulheres Quilombolas do Espírito Santo**, que reuniu 40 mulheres de várias comunidades do norte do estado e uma do sul. Com esta iniciativa KOINONIA começa a oferecer retorno àquela população sobre a pesquisa socioeconômica desenvolvida sob a coordenação de KOINONIA na região e que cobriu 30 comunidades e quase 1200 famílias. No encontro foram apresentados os dados sobre a realidade de gênero e de saúde entre aquelas comunidades, além de conteúdos específicos relativos à saúde da mulher, com ênfase na prevenção da AIDS. Nos três dias seguintes, o encontro teve como desdobramento um curso de capacitação voltado para 15 daquelas mulheres, que se apresentaram como voluntárias para desempenhar o papel de multiplicadoras de conteúdos mais aprofundados sobre os temas abordados.

Com recursos de 1,6 milhão de reais Cese lançou o **Concurso Nacional Juventude e Paz**, com o objetivo de selecionar 40 projetos, que podem receber até 40 mil reais cada. O Concurso quer privilegiar iniciativas cuja ação estimule a promoção de políticas públicas para a juventude, voltadas à superação de todas as formas de violência contra o jovem, do

combate à discriminação, do racismo e da intolerância, e que busquem a integração social de jovens em conflito com a lei. O resultado será divulgado até o dia 23 de setembro. Somente nos últimos quatro anos, a Cese apoiou mais de 150 projetos de grupos que trabalham com a juventude, beneficiando, diretamente, mais de 100 mil jovens em todo o País.

“Por que a Violência, se Podemos Viver em Paz?” Este é o título da publicação que será lançada em agosto pelo Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil – CONIC em co-edição com a Coordenadoria Ecumônica de Serviço – CESE. O livreto, no formato de uma cartilha, traz a tradução, para o português, do texto publicado, originalmente em inglês, pelo Conselho Mundial de Igrejas – CMI.

A expectativa dos dois organismos é de que a publicação venha a servir de instrumento mobilizador e esteio para a reflexão crítica sobre a violência crescente no mundo atual, e sobre a necessidade imperiosa e urgente da construção de uma cultura da Paz, na perspectiva de um outro mundo possível.

SIGLÁRIO

CESE – Coordenadoria Ecumônica de Serviço
CLAI – Conselho Latino Americano de Igrejas
CONIC – Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil

Índice de Tempo e Presença

2003

AUTORES

- ALBERTI, Verana. *Notas sobre a história do pensamento sobre o riso.* 25(331): set./out., 13-17.
- ALVES, Carlos Alberto Rodrigues. *O sagrado segundo os violeiros.* 25(328): mar./abr., 12-14.
- ARRUTI, José Maurício. *O quilombo entre dois governos.* 25(330): jul./ago., 10-15.
- BARROS, Marcelo. *Perguntas de um monge ao papa.* 25(330): jul./ago., 37-38.
- BELDERRAIN, Leonardo. *Os políticos que creem no poder da alma.* 25(331): set./out., 34-37.
- BORN, Tomiko. 'Re-visitando' a ilha dos idosos felizes. 25(327): jan./fev., 15-18.
- BOTAS, Paulo. *Ria, se puder, com um barulho desses!* 25(331): set./out., 18-22.
- CALAZANS, Marcelo. *A monocultura de eucalipto e o atual governo.* 25(329): maio/jun., 26-28.
- CALVANTI, Carlos Alberto B. *Música popular – uma forma de oração.* 25(328): mar./abr., 7-11.
- CAMPANTE, Marlene Robin. *Educação, lazer, cultura para idosos?* 25(327): jan./fev., 7-10.
- CARRERE, Ricardo. *Eucalipto: o símbolo de um modelo destrutivo.* 25(329): maio/jun., 29-31.
- CESAR, Raquel Coelho Lenz. *Em nome da igualdade.* 25(330): jul./ago., 20-23.
- CICCARONE, Celeste; SCARIM, Paulo. *A Aracruz celulose e a questão indígena.* 25(330): jul./ago., 31-36.
- DELGADO, Guilherme C. *Agricultura familiar e previdência social.* 25(327): jan./fev., 26-28.
- DEOTTI, Márcia de Oliveira Guerra; BORBA, Verônica Ramalho. *Envelhecimento populacional e a universidade de Juiz de Fora.* 25(327): jan./fev., 11-14.
- FERRARI, Maria Helena. *Etnocrônica do boqueirim.* 25(331): set./out., 23-28.
- GEBARA, Ivone. *O céu branco e o inferno negro.* 25(330): jul./ago., 28-30.
- _____. *Esgotamento....* 25(329): maio/jun., 32-33.
- _____. *O espaço e o tempo da velhice.* 25(327): jan./fev., 23-25.
- _____. *Rezas de sentido: memória e saudade.* 25(328): mar./abr., 30-31.

- _____. *O riso é próprio do humano.* 25(331): set./out., 31-33.
- GOMES, Hélder. *O estado planta um deserto para o lucro privado.* 25(329): maio/jun., 21-25.
- GONÇALVES, Reinaldo. *Política econômica e movimento social.* 25(329): maio/jun., 39-42.
- GRZYBOWSKI, Cândido. *Como meu neto vai enfrentar esta?* 25(328): mar./abr., 36-37.
- GUERRA, Cláudio B. *O eucalipto em Minas Gerais.* 25(329): maio./jun., 7-11.
- HERINGER, Rosana. *Governo Lula: primeiras realizações, novas expectativas.* 25(330): jul./ago., 24-27.
- _____. *Promoção da igualdade racial no Brasil: 2001-2003.* 25(330): jul./ago., suplemento.
- HOORNAERT, Eduardo. *Um papa que não vê o amanhã.* 25(331): set./out., 38-40.
- IULIANELLI, Jorge Atílio Silva; ARRUTI, José Maurício Andion. *Brasil-Colômbia: territórios do narcotráfico e das comunidades afroas.* 25(329): maio/jun., 35-38.
- _____. *Fórum Social Mundial, 2003: a esperança de continuar vencendo o medo.* 25(327): jan./fev., 29-31.
- LIMA JR., José. *Coisa rara.* 25(331): set./out., 29-30.
- _____. *Omelete: mistério, paixão e beleza.* 25(328): mar./abr., 23-26.
- KOINONIA. *Eles venceram?* 25(328): mar./abr., 6.
- _____. *As igrejas e os enleios do poder.* 25(329): maio/jun., 6.
- _____. *Planejamento estratégico de Koinonia.* 25(331): set./out., 6-7.
- _____. *Reaviva-se o sonho da vitória da democracia!* 25(327): jan./fev., 6.
- MEDEIROS, Rogério. *Aracruz: um rosto sujo com aparência de esnobe.* 25(329): maio/jun., 12-15.
- Mires, Fernando. *A doutrina da guerra permanente.* 25(327): jan./fev., 32-36.
- NASCIMENTO, Rogério Ferreira. *Pentecostais: sons e música na celebração da fé.* 25(328): mar./abr., 27-29.
- NEVES, Taís. *O efeito do riso e do carinho no processo de cura.* 25(331): set./out., 26-28.
- OLIVEIRA, Rafael Soares. *Terreiros de candomblé – por um olhar afirmativo.* 25(330): jul./ago., 7-9.
- PADILHA, Anivaldo. *Em memória de Brady Tyson.* 25(329): maio/jun., 43-44.
- PEDLOWSKI, Marcos A. *O espectro do deserto verde no Norte/Noroeste fluminense.* 25(329): maio/jun., 16-20.
- PEGORARO, Olinto A. *Duas superpotências.* 25(328): mar./abr., 35.
- PEREIRA, Nancy Cardoso. "Cantando eu mando a tristeza embora...". 25(328): mar./abr., 15-18.
- RAMALHO, Jether Pereira. *Sobre dignidade e esperança.* 25(327): jan./fev., 21-22.
- RAMOS, Luiz Carlos. *Amor e ódio à religião na música popular.* 25(328): mar./abr., 19-22.
- RIANI, Camilo. ...qual é a graça?! Uma breve pincelada entre as peripécias do humor gráfico. 25(331): set./out., 8-12.
- SADER, Emir. *A luta antiimperial hoje.* 25(328): mar./abr., 32-34.
- SANTOS, Renato Emerson dos. *As cotas no vestibular da UERJ.* 25(330): jul./ago., 16-19.
- SERRA, Ordep. *O mistério da terceira idade.* 25(327): jan./fev., 19-20.
- VIANA, Natalia. *Michael Moore e um novo jornalismo.* 25(330): jul./ago., 39-40.

TEMAS

ESPIRITUALIDADE

- BARROS, Marcelo. *Perguntas de um monge ao papa.* 25(330): jul./ago., 37-38.
- BELDERRAIN, Leonardo. *Os políticos que creem no poder da alma.* 25(331): set./out., 34-37.
- GEBARA, Ivone. *O céu branco e o inferno negro.* 25(330): jul./ago., 28-30.
- _____. *Esgotamento....* 25(329): maio/jun., 32-33.
- _____. *O espaço e o tempo da velhice.* 25(327): jan./fev., 23-25.
- _____. *Rezas de sentido: memória e saudade.* 25(328): mar./abr., 30-31.
- _____. *O riso é próprio do humano.* 25(331): set./out., 31-33.
- HOORNAERT, Eduardo. *Um papa que não vê o amanhã.* 25(331): set./out., 38-40.

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL

- IULIANELLI, Jorge Atílio S. *Fórum Social Mundial, 2003: a esperança de continuar vencendo o medo.* 25(327): jan./fev., 29-31.

KOINONIA. *Reaviva-se o sonho da vitória da democracia!* 25(327): jan./fev., 6.

HUMOR

ALBERTI, Verana. *Notas sobre a história do pensamento sobre o riso.* 25(331): set./out., 13-17.

BOTAS, Paulo. *Ria, se puder, com um barulho desses!* 25(331), set./out., 18-22.

FERRARI, Maria Helena. *Etnocrônica do boatequim.* 25, (331): set./out., 23-28.

GEBARA, Ivone. *O riso é próprio do humano.* 25(331): set./out., 31-33.

LIMA JR., José. *Coisa rara.* 25(331): set./out., 29-30.

NEVES, Taís. *O efeito do riso e do carinho no processo de cura.* 25(331): set./out., 26-28.

RIANI, Camilo. ...qual é a graça?! Uma breve pincelada entre as peripécias do humor gráfico. 25(331): set./out., 8-12.

IDOSOS

BORN, Tomiko. 'Re-visitando' a ilha dos idosos felizes. 25(327): jan./fev., 15-18.

CAMPANTE, Marlene Robin. *Educação, lazer, cultura para idosos?* 25(327): jan./fev., 7-10.

DEOTTI, Márcia de Oliveira Guerra; **BORBA,** Verônica Ramalho. *Envelhecimento populacional e a universidade de Juiz de Fora.* 25(327): jan./fev., 11-14.

GEBARA, Ivone. *O espaço e o tempo da velhice.* 25(327): jan./fev., 23-25.

RAMALHO, Jether Pereira. *Sobre dignidade e esperança.* 25(327): jan./fev., 21-22.

SERRA, Ordep. *O mistério da terceira idade.* 25(327): jan./fev., 19-20.

IMPACTO AMBIENTAL E SOCIAL

CALAZANS, Marcelo. *A monocultura de eucalipto e o atual governo.* 25(329): maio/jun., 26-28.

CARRERE, Ricardo. *Eucalipto: o símbolo de um modelo destrutivo.* 25(329): maio/jun., 29-31.

CICCARONE, Celeste; **SCARIM,** Paulo. A aracruz celulose e a questão indígena. 25(330): jul./ago., 31-36.

GEBARA, Ivone. *Esgotamento....* 25(329), maio/jun., p. 32-33.

GOMES, Hélder. *O estado planta um deserto para o lucro privado.* 25(329): maio/jun., 21-25.

GUERRA, Cláudio B. *O eucalipto em Minas Gerais.* 25(329) maio./jun., 7-11.

MEDEIROS, Rogério. Aracruz: um rosto sujo com aparência de esnobe. 25(329): maio/jun., 12-15.

PEDLOWSKI, Marcos A. *O espectro do deserto verde no Norte/Noroeste fluminense.* 25(329): maio/jun., 16-20.

KOINONIA

KOINONIA. *Planejamento estratégico de Koinonia.* 25(331): set./out., 6-7.

MÚSICA E RELIGIOSIDADE

ALVES, Carlos Alberto Rodrigues. *O sagrado segundo os violeiros.* 25(328): mar./abr., 12-14.

CALVANTI, Carlos Alberto B. *Música popular – uma forma de oração.* 25(328): mar./abr., 7-11.

GEBARA, Ivone. *Rezas de sentido: memória e saudade.* 25(328): mar./abr., 30-31.

LIMA JR., José. *Omelete: mistério, paixão e beleza.* 25(328): mar./abr., 23-26.

NASCIMENTO, Rogério Ferreira. *Pentecostais: sons e música na celebração da fé.* 25(328): mar./abr., 27-29.

PEREIRA, Nancy Cardoso. "Cantando eu mando a tristeza embora...". 25(328): mar./abr., 15-18.

RAMOS, Luiz Carlos. *Amor e ódio à religião na música popular.* 25(328): mar./abr., 19-22.

NARCÓTRÁFICO

IULIANELLI, Jorge Atílio Silva; **ARRUTI,** José Maurício Andion. *Brasil-Colômbia: territórios do narcotráfico e das comunidades afros.* 25(329): maio/jun., p.35-38.

NEOLIBERALISMO

MIRES, Fernando. *A doutrina da guerra permanente.* 25(327): jan./fev., 32-36.

PEGORARO, Olinto A. *Duas superpotências.* 25(328): mar./abr., 35.

SADER, Emir. *A luta antiimperial hoje.* 25(328): mar./abr., 32-34.

PERSONALIDADES

PADILHA, Anivaldo. *Em memória de Brady Tyson.* 25(329): maio/jun., 43-44.

VIANA, Natalia. *Michael Moore e um novo jornalismo.* 25(330): jul./ago., 39-40.

POLÍTICA ECONÔMICA

GONÇALVES, Reinaldo. *Política econômica e movimento social.* 25(329): maio/jun., 39-42.

KOINONIA. *As igrejas e os enleios do poder.* 25(329): maio/jun., 6.

PREVIDÊNCIA SOCIAL

DELGADO, Guilherme C. *Agricultura familiar e previdência social.* 25(327): jan./fev., 26-28.

QUESTÃO INDÍGENA

CICCARONE, Celeste; **SCARIM,** Paulo. A aracruz Celulose e a questão indígena. 25(330): jul./ago., 31-36.

QUESTÃO DE NEGRITUDE

ARRUTI, José Maurício. *O quilombo entre dois governos.* 25(330): jul./ago., 10-15.

CESAR, Raquel Coelho Lenz. *Em nome da igualdade.* 25(330): jul./ago., 20-23.

GEBARA, Ivone. *O céu branco e o inferno negro.* 25(330): jul./ago., 28-30.

HERINGER, Rosana. *Governo Lula: primeiras realizações, novas expectativas.* 25(330): jul./ago., 24-27.

IULIANELLI, Jorge Atílio Silva; **ARRUTI,** José Maurício Andion. *Brasil-Colômbia: territórios do narcotráfico e das comunidades afros.* 25(329): maio/jun., 35-38.

OLIVEIRA, Rafael Soares. *Terreiros de candomblé — por um olhar afirmativo.* 25(330): jul./ago., 7-9.

SANTOS, Renato Emerson dos. *As cotas no vestibular da UERJ.* 25(330): jul./ago., 16-19.

VIOLÊNCIA

GRZYBOWSKI, Cândido. *Como meu neto vai enfrentar esta?* 25(328): mar./abr., 36-37.

KOINONIA. *Eles venceram?* 25(328): mar./abr., 6.



Primavera para a Vida

Juventude e Paz

20 a 26 de setembro de 2004

**Campanha
Nacional**

CESE
Coordenadoria Ecuménica de Serviço
www.cese.org.br
cese@cese.org.br



Foto semelhante à utilizada na edição 305, quando da morte de D. Helder, há exatos cinco anos

"Dedicamos esta edição à memória do inesquecível Arcebispo de Olinda e Recife, Dom HELDER CÂMARA, pela sua luta sem fronteiras contra a Ditadura em defesa da Democracia, dos pobres e dos perseguidos. Figura ímpar do período autoritário, Dom Helder despontou como um dos epicentros de uma nova Igreja Cristã a partir da América Latina cujo ideário urge retomar, em que pese o atrativo da falsa prosperidade carismática que se abate sobre nosso povo qual um dos cavaleiros do Apocalipse".

(trecho do Editorial desta Edição)